

**SEMINÁRIO PRESBITERIANO DE
BRASÍLIA BACHAREL EM TEOLOGIA**

**LEONARDO GUSTAVO DA
SILVA SANTIAGO**

**A NATUREZA DA OBRIGAÇÃO
MORAL NO QUINTO MANDAMENTO**

BRASÍLIA – DF

2024

**LEONARDO GUSTAVO DA
SILVA SANTIAGO**

**A NATUREZA DA OBRIGAÇÃO MORAL NO
QUINTO MANDAMENTO**

Trabalho apresentado ao Seminário Presbiteriano de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Teologia.

Orientador: Rev. Dr. Junio Cezar da Rocha Souza

BRASÍLIA – DF

2024

AGRADECIMENTOS

Seguindo a orientação da Sagrada Escritura: “Em tudo, dai graças, porque esta é a vontade de Deus em Cristo Jesus para convosco” (1Ts 1.18). Seria impossível concluir uma jornada acadêmica tão intensa e exigente sem o auxílio gracioso do nosso Senhor Deus.

À minha amada e dedicada esposa (Adriana Vieira, mulher da minha vida). Sem a sua acuidade, ternura e paciência, eu não teria êxito na conclusão desta jornada. Ao meu primogênito, Petrus Augusto. A dádiva da paternidade foi fundamental para o meu crescimento em todas as áreas da minha vida. Inclusive, ter se tornado pai foi um fator preponderante na escolha do tema deste trabalho.

A minha mãe, Sra. Dian. Alguém que muito me ensinou por meio da sua dedicação maternal. Mãe dedicada que amou sacrificialmente seus filhos. A minha irmã (kelly), inúmeras vezes foi instrumento da providência de Deus para abençoar minha vida. Aos meus tios (Ananias e Dorinha). É impossível mensurar o quanto eles foram usados por Deus, manifestando o cuidado do Senhor sobre a minha família. Em memória do meu amado avô (Antonio). Um homem que, embora não tinha instrução formal, a experiência de vida o tornou sábio. Um grande mestre em minha vida.

Ao Rev. Junio Cezar (meu tutor e orientador). Sou um privilegiado por tê-lo como pastor e mentor intelectual. Pastor e professor por vocação. Alguém que sempre foi solícito em cuidar e pastorear a minha alma. Eu não poderia ter uma referência melhor para me instruir na jornada acadêmica e eclesial. Homem de Deus, zeloso no trato com a Palavra, alguém cujo testemunho revela o equilíbrio entre vida piedosa e vida de estudos. Grato por tudo, mestre.

Meus agradecimentos à Primeira Igreja Presbiteriana em Planaltina. Um lugar em que a minha família foi acolhida com muito amor e afeto. Foi na igreja local que o Senhor Deus confirmou o meu chamado ao sagrado ministério. Ao Conselho da Igreja, pois sem o apoio e confiança dos presbíteros, eu não teria dado o primeiro passo para ingressar no Seminário.

Aos irmãos e amigos da Congregação do Vale do Amanhecer, minha eterna gratidão por todo apoio e paciência desse pequeno rebanho de Cristo. Louvo a Deus por tê-los ao meu lado ao longo de uma jornada árdua de muito estudo e dedicação, e por peregrinarmos juntos em direção a Cidade Celestial.

Ao meu irmão e amigo (Vytor Fonseca). Um servo de Deus que tive o privilégio de conhecer no Seminário. Alguém que eu sempre pude contar quando os fardos estavam pesados. Ao término das aulas, o retorno para nossas casas, em viagens de duas horas dentro de um ônibus, se tornaram menos desgastantes graças às nossas conversas. Ali, no do transporte público, compartilhamos nossas leituras, ideias em comum, nossas lutas e dificuldades.

Ao Seminário Presbiteriano de Brasília (professores, coordenadores e auxiliares). Vocês foram precípuos na minha jornada de cinco anos de formação teológica.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar uma abordagem bíblica e teológica sobre a lei de Deus. O objetivo proposto se dará por meio de uma investigação a partir do pensamento reformado, na compreensão confessional dos teólogos de Westminster, nos princípios da ética e cultura cristãs. Para tanto, a abordagem da lei de Deus, desde a sua revelação inicial até os dias atuais, é preponderante para compreensão da norma de Deus como padrão moral para todos os homens em todas as épocas. Entretanto, a elucubração da pesquisa visa abordar como tema central os ensinamentos contidos no quinto mandamento como norma que orienta a relação entre pais e filhos.

Palavras-chave: Natureza, Obrigação moral, Lei de Deus, Quinto Mandamento.

ABSTRACT

The objective of this work is to present a biblical and theological approach to the law of God. The proposed objective will be through an investigation based on Reformed thought, on the confessional understanding of Westminster theologians, on the principles of ethics and Christian culture. To this end, the approach to God's law, from its initial revelation to the present day, is preponderant for understanding God's norm as a moral standard for all men at all times. However, the research's elaboration aims to address as a central theme the teachings contained in the fifth principle as a norm that guides the relationship between parents and children.

Keywords: Nature, Moral Obligation, Law of God, Fifth Commandment

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. A DOUTRINA DA LEI DE DEUS NA CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER	
1.1 A Lei como Norma Pactual e Relacional	12
1.2 A Lei como Norma Cerimonial e Judicial	16
1.3 A Lei como Norma Universal	17
1.4 A Lei como Norma em Harmonia com o Evangelho	19
2. O FUNDAMENTO DA OBRIGATORIEDADE DO QUINTO MANDAMENTO	
2.1 A Relativização do Conceito de Autoridade	24
2.2 O Antinomismo como Efeito da Queda	26
2.3 A Natureza da Obrigação Moral	29
2.4 O Contexto Histórico da Reforma Inglesa	36
3. UMA ANÁLISE BÍBLICA E TEOLÓGICA SOBRE O QUINTO MANDAMENTO	
3.1 O Quinto Mandamento no Antigo Testamento.....	49
3.2 O Quinto Mandamento no Novo Testamento	54
3.3 Jesus, o Modelo de Filho Perfeito.....	58
3.4 Conselhos Pastorais aos Pais e Filhos.....	61
CONCLUSÃO.....	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74

INTRODUÇÃO

Em Êxodo 20, foi entregue a Moisés, no Monte Sinai, a revelação da lei escrita em tábuas de pedra pelo próprio dedo de Deus, as Dez Palavras, comumente conhecidas como os Dez Mandamentos ou Decálogo. O evento no Monte Sinai é um marco para toda a humanidade. Ali, principalmente, o povo de Deus teve acesso à lei que revela o caráter santo do Deus Altíssimo. Segundo John M. Frame (2010, p. 58a), o nosso “conhecimento de Deus sempre se baseia na revelação”. É sempre Deus quem “toma a iniciativa. Ele não espera passivamente que venhamos descobri-lo”.

O prefácio dos Dez Mandamentos nos mostra a total intencionalidade de Deus em se comunicar com o seu povo: “Então, falou Deus todas estas palavras”... (Êxodo 20.1)¹. Ou, como na versão da Bíblia de Jerusalém: “Deus pronunciou todas estas palavras”. A Palavra diz que Deus “falou” e se “pronunciou”². Isso mostra o caráter autoritativo de Deus. Desse modo, o prefácio do Decálogo também revela Deus reivindicando a autoria da lei. Isaltino Gomes Coelho Filho (1997, p.13) diz que “a reivindicação dos dez mandamentos é que Deus os pronunciou. O doador dos dez mandamentos é Deus. Moisés é o transmissor ao povo. Não é o autor”.

Contudo, não podemos interpretar o Decálogo à parte da Escritura como um todo. John M. Frame, na sua obra *A Doutrina da Vida Cristã*, informa-nos:

Ao pensar na Escritura como norma ética, estamos pensando nela como lei. Por isso, é importante prestarmos atenção ao conceito de lei na Bíblia. De um ponto de vista, a lei é uma parte da Escritura; de outro ponto de vista, ela é toda a Escritura. De modo óbvio, a lei é uma parte da Escritura que precisa ser coordenada com as demais partes. (FRAME, 2010, p. 184b)

Frame nos lembra que toda a Bíblia é autoritativa por ser Palavra de Deus. “Nesse sentido, a Bíblia inteira é lei” (Frame, 2010, p.184b). O apóstolo Paulo, escrevendo ao seu discípulo Timóteo, afirmou que “toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na

¹ Ao longo deste trabalho usarei a versão da Bíblia Almeida Revisada Atualizada (ARA).

² A Bíblia de Jerusalém é uma versão da tradução em língua portuguesa da versão La Bible de Jérusalem. Na apresentação da Bíblia de Jerusalém pela Editora Paulus, os editores destacaram: “a Bíblia de Jerusalém, considerada em diversos países a melhor edição da Sagrada Escritura.”

justiça” (2 Tm 3.16). Assim, como afirma João Calvino, “esta é a escola especial dos filhos de Deus: a Escritura” (2006, p. 74). Todo ensinamento da Palavra foi divinamente inspirado por Deus, por isso “tudo na Escritura tem força de lei. O que ela ensina, devemos crer, o que ela ordena, devemos fazer”(Frame, 2010, p. 184b).

Portanto, a pesquisa deste trabalho é oportuna tendo em vista que estamos acostumados a ouvir o discurso de que a Bíblia se tornou um livro obsoleto para os nossos dias atuais. Os padrões da lei de Deus têm sido rechaçados pela nossa sociedade. Na verdade, a realidade é o oposto da afirmação dos críticos da Bíblia. A Bíblia sempre se encaixa em qualquer cultura ou em qualquer época, pois a Palavra revela o caráter de seu autor: perfeito, eterno e infalível. O pastor e teólogo John Macarthur, em seu comentário do Novo Testamento, lembra-nos:

É o mundo que não se encaixa na Bíblia, e não porque o mundo mudou, mas porque a Bíblia não mudou. Exteriormente, o mundo mudou muito desde os dias bíblicos, mas na sua natureza básica e orientação que sempre se opôs a Deus e nunca se conformou com a Sua Palavra. O mundo nunca se encaixa na Escritura. (MACARTHUR, 2019, p. 269)

Um olhar sobre a sociedade contemporânea nos leva a uma preocupante constatação: temos em nossa cultura uma aversão aos padrões da lei de Deus. Ou seja, Deus não é autoridade sobre a vida das pessoas, desse modo, a sua lei não faz sentido. Assim, os homens buscam novos padrões morais e éticos como normas para viverem em sociedade. O grande problema é que quando Deus deixa de ser autoridade sobre o homem todos os relacionamentos na esfera horizontal estarão comprometidos. Por isso, o abandono dos padrões da lei de Deus tem afetado drasticamente toda a estrutura social: família, igreja, trabalho etc.

Não por acaso, em nossa sociedade é perceptível um comportamento contrário a toda autoridade constituída. Pois como efeito lógico, o homem que não se submete à autoridade de Deus, não se submeterá a autoridade dos pais, dos líderes eclesiais, do patrão etc. Malgrado a lei de Deus, os novos padrões morais da nossa sociedade se contrapõem às normas bíblicas, por isso tanta resistência quanto ao conceito bíblico sobre submissão às autoridades constituídas.

Isto posto, a presente pesquisa se baseia em três pontos centrais. No primeiro capítulo, a abordagem será voltada para a compreensão dos pressupostos

da ética cristã à luz da lei de Deus, segundo o Pensamento Reformado Confessional na perspectiva do capítulo XIX da Confissão de Fé de Westminster. No segundo capítulo, por meio de uma abordagem histórica, veremos como a obrigatoriedade do quinto mandamento tem sido contestada pela sociedade. Por fim, no terceiro capítulo, pretende-se por meio de uma abordagem bíblica e teológica, analisar o quinto mandamento mostrando como Deus nos revelou o referido mandamento no Antigo e Novo Testamentos como norma para todos os homens, trazendo aplicações para vida da igreja, respondendo aos questionamentos da nossa cultura e reafirmando a lei de Deus como padrão perfeito para toda sociedade em todas as épocas.

1. A DOUTRINA DA LEI DE NA CONFISSÃO DE FÉ WESTMINSTER

O teólogo Hermisten Maia defende a importância dos documentos confessionais produzidos pelos teólogos da Igreja ao longo da história da cristandade. Segundo Maia (2004, p.2), os Credos e as Confissões sempre foram necessários para a instrução do povo de Deus. “Na Reforma Protestante do século 16, o uso de Catecismo e Confissões foi de grande valia para a educação dos crentes, partindo sempre do princípio da necessidade da fé explicada”. Desse modo, “todos os cristãos devem conhecer a sua fé”. Os credos são úteis por apresentarem uma exposição do sistema de crença que professamos. “A firmeza e vivacidade da teologia reformada estão justamente em basear o seu sistema em todo o desígnio de Deus, submetendo-o ao próprio Deus que fala através da sua Palavra”.

Olivar Alves Pereira, no seu comentário sobre a Confissão de Fé de Westminster³, afirma que a CFW é relevante para a Igreja por apresentar uma “sistematização da Bíblia, ou seja, as doutrinas bíblicas estão catalogadas e agrupadas nestes símbolos de fé, facilitando assim a nossa compreensão das doutrinas bíblicas” (2023, p.4). Assim, compreende-se o valor pedagógico confessional deste documento, por isso “devemos conhecer a fundo esses símbolos de fé sabendo que, enquanto fazemos isso, estamos conhecendo a Palavra de Deus”.

Entretanto, a tendência da nossa cultura cristã contemporânea tem sido de oposição aos antigos documentos confessionais. Alguns usam o argumento de que somente a Bíblia é o suficiente para orientar a Igreja. Tal postura vai de encontro ao pensamento dos pais da Reforma. Segundo o teólogo e escritor R.C Sproul, “Lutero e os reformadores não queriam dizer por Sola Scriptura que a Bíblia é a única autoridade da igreja. Pelo contrário, queriam dizer que a Bíblia é a única autoridade infalível dentro da Igreja” (1998, p. 112).

Sobre a importância da CFW, o reverendo Ageu Silva Magalhães diz que a “leitura da Confissão de Fé de Westminster e a memorização dos seus catecismo produziu gerações e gerações de crentes fortes, bem instruídos.”⁴ Comprova-se que, no que diz respeito à sua utilidade pedagógica, a Confissão é imprescindível para a

³ Neste trabalho a Confissão de Fé de Westminster será abreviada pela sigla CFW.

⁴ Declaração encontrada no prefácio do livro “Confissão de Fé de Westminster Comentada” (autor Olivar Alves Pereira, p.3).

Igreja. Segundo Joseph Pipa, a CFW “não é um credo abreviado escrito por homens de abreviada fé. Pelo contrário, é uma abordagem mais próxima que os homens já fizeram de uma declaração completa de todo o conselho de Deus” (2021, p.9).

Carl R. Trueman, no seu livro *O Imperativo Confessional*, também reforça a importância do texto confessional. O autor diz que “uma boa confissão liga doutrina e vida. Boas confissões não destroem a prática de piedade; elas podem, na verdade, protegê-la. A Confissão de fé de Westminster, apenas um dos exemplos, deixa isso muito claro”(2012, 173). Trueman entende que “o confessionalismo não trata apenas de doutrinas abstratas; as confissões também vinculam as pessoas à prática e estilo de vida”. Ou seja, fé e confessionalidade não são excludentes.

Dessa forma, baseado nos argumentos dos teólogos e das autoridades eclesiais da Igreja mencionados acima, entendo que a CFW é um documento doutrinário confiável para se tratar sobre a doutrina da lei de Deus. Assunto proposto pelo texto confessional no capítulo XIX.

1.1 A Lei Como Norma Pactual e Relacional

Compreendo o inestimável valor da Lei de Deus, os teólogos de Westminster⁵ dedicam o capítulo XIX da CFW a uma análise dos Dez Mandamentos. Encontramos neste capítulo uma abordagem sistematizada e confessional do tema. Algo oportuno para os herdeiros da tradição reformada, pois os símbolos de fé têm instruído os cristãos de várias gerações. Por esta razão, o documento formulado pelos teólogos de Westminster tem a sua relevância devido à sua abordagem fidedigna às Escrituras Sagradas.

O texto confessional faz sua exposição sobre a lei de Deus abordando o caráter pactual e relacional da lei. Nós podemos conhecer Deus porque ele se revelou a nós por meio de uma lei pactual. Louis Berkhof, na sua clássica *Teologia Sistemática*, nos ensina que “Deus se relaciona conosco revelando a si mesmo, e, supremamente, em Jesus Cristo; e nós, cristãos, humildemente alegamos que, por meio desta auto revelação, de fato sabemos que Deus é o Deus verdadeiro”. Por isso, “temos um real conhecimento do seu caráter e da sua vontade” (Berkhof 2001, p. 44). Assim, o texto confessional expõe:

Deus deu a Adão uma lei, como um pacto de obras. Por esse pacto Deus o obrigou, bem como a toda a sua posteridade, a uma obediência pessoal, inteira, exata e perpétua; prometeu-lhe a vida sob a condição de ele cumprir a lei e o ameaçou com a morte caso ele a violasse e o dotou com poder e capacidade para guardá-la (CFW, Capítulo XIX, Parágrafo I, p. 63).

Comentando sobre esta afirmação do documento confessional, o teólogo Dixhoorn (2018, p. 252) afirma que “nem todos os mandamentos foram necessariamente entregues a Adão em uma forma codificada ou externa. Deus falou por meio da consciência”. Deus se revela como um ser moral a criaturas igualmente morais por terem em suas consciências a lei de Deus. O comentário de A.A. Hodge

⁵ Nas palavras de John Kyle (2019, p. 11) temos um breve recorte histórico: “Desde de junho de 1643 até fevereiro de 1649, reuniu-se em uma das salas da Abadia de Westminster, na cidade de Londres, o Concílio conhecido na História pelo nome de Assembléia de Westminster. Esse Concílio foi convocado pelo parlamento inglês para preparar uma nova base de doutrina, forma de culto e governo eclesiástico que devia servir para”[...]. Nas palavras do teólogo Richard Baxter: “Os teólogos ali reunidos foram homens de eminente erudição e piedade, habilidade ministerial e fidelidade” (BEVERIDGE, 2013, p. 42).

segue a mesma linha de entendimento:

Deus introduziu o homem em sua criação como um agente moral, em inalienável e perpétua sujeição a uma lei moral toda perfeita, a qual obriga sua consciência e requer obediência perfeita. Isso se deduz por si mesmo evidente e necessariamente da própria natureza de Deus como Governante moral, bem como da natureza do homem como agente moral (HODGE, 2016, p. 338).

O Catecismo Maior vai ao encontro do argumento da CFW. O Catecismo diz que “a regra de obediência revelada a Adão, no estado de inocência, e a todo gênero humano nele, além do mandamento especial de não comer do fruto da árvore da ciência do bem e do mal, foi a lei moral”. O argumento dos textos confessionais, bem como os comentários dos teólogos Dixhoorn e Hodge, estão devidamente embasados nos escritos de Paulo. Em sua Carta aos Romanos, o apóstolo escreveu: “quando, pois, os gentios, que não têm lei, procedem, por natureza, de conformidade com a lei” (Rm 2.14)⁶. O apóstolo Paulo afirma que a lei está gravada no coração dos homens: “Estes mostram a norma da lei gravada no seu coração, testemunhando-lhes também a consciência e os seus pensamentos, mutuamente acusando-se ou defendendo-se” (Rm 2.15).

João Calvino diz que “se os gentios têm a justiça da lei da natureza gravada na mente, por certo que não diremos que são inteiramente cegos na maneira de conduzir a vida” (2006, p. 46). Por isso, como diz Paulo, os gentios quando julgam “mostram a norma da lei gravada no seu coração”. Em *Filosofia e Abismo*, o reverendo Junio Cezar comenta sobre o pensamento de Calvino:

Não é possível ao homem viver sem uma perspectiva diretiva para sua vida, sem uma orientação que se apresentará como um elemento absoluto. Todo homem expressará sua devoção a algo que ele mesmo julga ser o fundamento sobre o qual se encontra sua vida. Calvino reconheceu que o homem não pode viver adequadamente sem que se volte para o fundamento perfeito e orientação para a sua vida que é Deus (CEZAR, 2022, p. 89).

Junio Cezar é assertivo quando diz que o homem necessita de categorias

⁶ Todos os textos bíblicos que serão citados neste capítulo (e nos capítulos posteriores), foram extraídos da *BÍBLIA Almeida Atualizada*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2012.

absolutas para ser e existir no mundo. Emilio Garofalo comunga da mesma interpretação calvinista. Segundo Garofalo, “feito para funcionar de acordo com o desígnio de Deus, o descrente não consegue se comprometer plenamente e viver de acordo com sua cosmovisão pretensamente autônoma” (2011, p.27).

O texto confessional também diz que a lei expressa uma condição pactual entre Deus e o homem. A Confissão afirma que “Deus deu a Adão uma lei, como um pacto de obras”. Os teólogos afirmam que Deus ao revelar a sua lei a Adão o fez por meio de um pacto de obras. Há elementos que comprovam a relação pactual entre criatura e Criador. Robertson (2011, p.11) diz que uma “aliança é um pacto de sangue soberanamente administrado. Quando Deus entra em relação de aliança com os homens, ele institui de maneira soberana um pacto de vida e morte. A aliança é um pacto de sangue”. Dixhoorn (2018, p. 252) diz que “Deus exigiu a Adão e todos os seus filhos nada menos do que uma obediência pessoal, total, exata e perpétua”. Tanto a lei demonstra a sua característica pactual por incluir penalidade pelo não cumprimento das normas da aliança. Como afirma o texto da Confissão, Deus “ameaçou com a morte caso ele (Adão) a violasse”.

À luz do texto da CFW, tendo a colocação de Robertson e Dixhoorn em mente, podemos concluir que Deus estabeleceu um relacionamento com Adão por meio de um pacto. Ademais, a Escritura Sagrada endossa as conclusões teológicas que confirmam o relacionamento pactual entre Deus e Adão. O relato de Gênesis diz que ao homem o “Senhor Deus lhe deu esta ordem: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás” (Gn 2.15-17).

Depois de mostrar o caráter relacional e pactual da lei, a CFW assevera que o pecado de Adão não tornou a lei de Deus anacrônica para os dias atuais. Vejamos o segundo parágrafo:

Essa lei, depois da queda do homem, continua sendo uma perfeita regra de justiça. Como tal, foi por Deus entregue no monte Sinai em dez mandamentos e escritos em duas tábuas de pedra; os primeiros quatro mandamentos contêm os nossos deveres para com Deus; e os outros seis, os nossos deveres para como homem (CFW, Capítulo XIX, Parágrafo II, p. 64).

A CFW é categórica em afirmar que a lei “continua sendo uma perfeita regra de justiça”. O fato de Adão ter quebrado o pacto não anula uma única sentença da lei. Ou seja, mesmo depois da queda do homem a norma de Deus continua vigorando. Encontramos nas Escrituras Sagradas inúmeras passagens que mostram a continuidade da Lei ao longo do Antigo e Novo Testamentos. O teólogo John M. Frame nos apresenta algumas dessas passagens:

Deuteronômio se refere muitas vezes ao “dia da congregação”, e se refere especialmente aos Dez Mandamentos (4.13;10.1-5). No sermão do monte, Jesus expõe em profundidade o sentido de vários mandamentos (Mt. 5-7). Quando o jovem rico pergunta a Jesus o que deve fazer para obter a vida eterna, Jesus responde primeiramente listando alguns dos mandamentos (Mt 19.16-19). Paulo lista vários deles para mostrar que são cumpridos pelo amor (Rm 13.8-10). Em Tiago 2.8-13, o irmão de Jesus cita os mandamentos do Decálogo para enfatizar a unidade da lei (FRAME, 2010, p. 389b).

O Senhor Jesus é a principal testemunha no que diz respeito à continuidade da lei. O Senhor diz: “Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir” (Mt 5.17). A Lei e os Profetas representam o que hoje chamamos de Antigo Testamento. MacArthur (2019, p. 262) comenta dizendo que a lei “moral é o código fundamental de Deus. Jesus cumpriu essa lei por Sua justiça perfeita. Todo mandamento Ele obedeceu, cada requisito Ele conheceu, cada padrão Ele viveu”.

O ministério de Cristo comprova a validade da lei no Novo Testamento. E mais, Cristo em seu discurso reforça a ideia de que a lei jamais caducará: “Porque em verdade vos digo: até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da Lei, até que tudo se cumpra” (Mt 5.18). A Lei é atemporal porque ela é a Palavra de Deus.

Conforme ensina a CFW: “os primeiros quatro mandamentos contêm os nossos deveres para com Deus; e os outros seis, os nossos deveres para com o homem”. Em suma, a verticalidade da lei fala a respeito do nosso dever de amar a Deus. No sentido horizontal, a lei nos orienta quanto ao nosso dever de amar o próximo. Kevin DeYoung destaca que o quinto mandamento é uma transição da primeira tábua da lei para a segunda. “Honra teu pai e tua mãe é o alicerce sobre o

qual o amor ao próximo é construído” (2014, p.100). Jesus tinha a intenção de nos ensinar essa verdade quando disse: “Amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento (...). Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Mt 22.37,39).

1.2 A Lei Como Norma Cerimonial e Judicial

Os parágrafos III e IV tratam da lei cerimonial e judicial. Vale salientar que o Velho Testamento em tudo é completo e perfeito. Desse modo, Deus, ao instituir a lei cerimonial e judicial, estava tratando das demandas do seu povo naquele contexto, ao mesmo tempo preparando um cenário histórico que apontava para o Messias. Sobre o Sobre a lei cerimonial a CFW afirma:

Além dessa lei, geralmente chamada de lei moral, quis Deus dar ao seu povo, Israel, considerando uma Igreja sob sua tutela, leis cerimoniais que contêm diversas ordenanças típicas. Essas leis – que em parte se referem ao culto e prefiguram Cristo, suas graças, seus atos, seus sofrimentos e seus benefícios, e em parte representam várias instruções de deveres morais – estão todas abolidas sob o Novo Testamento (CFW, Capítulo XIX, Parágrafo III, p.64).

O Catecismo Maior afirma que “o que Deus proíbe não se há de fazer em tempo algum, e o que ele manda é sempre um dever, mas nem todo dever especial é para ser cumprido em todos os tempos”. As leis cerimoniais, como afirma a CFW, “contêm diversas ordenanças típicas”, ou seja, são normas específicas para um momento histórico especial. Sobre as leis cerimoniais, Dixhoorn (2018, p. 255) diz que “nós as vemos concentradas em Êxodo, Levítico e Números, e revistas em Deuteronômio. Essas leis foram dadas para o povo de Deus por causa de sua adolescência espiritual.”

A lei cerimonial é constituída de normas estabelecidas para a adoração em Israel. E como toda adoração em Israel estava embasada no sacrifício, Cristo é o Cordeiro que se submete ao sacrifício perfeito cumprindo de uma vez por todas a exigência da lei cerimonial. A Palavra diz que o povo de Deus é santificado “mediante a oferta do corpo de Jesus Cristo, uma vez por todas. Porque, por meio de um único sacrifício, ele aperfeiçoou para sempre os que estão sendo santificados” (Hb 10.10-14).

Comentando este texto da carta de Hebreus, o teólogo Stuart Olyott, diz que “a vontade pessoal de Deus para o Messias era que fizesse plena expiação pelo pecado. Isso requeria um sacrifício com o derramamento de sangue” (2017, p. 91). Desse modo, o “crente foi purificado e separado para Deus mediante a oferta do corpo de Jesus Cristo de uma vez para sempre”. Ou seja, “o Calvário acaba com todos os sacrifícios instituídos no Antigo Testamento.”

O apóstolo Paulo, escrevendo aos irmãos da igreja de Colossos, reforça a ideia de que a lei cerimonial foi cumprida cabalmente no sacrifício de Cristo. Somos informados que Deus cancelou “o escrito de dívida, que era contra nós e que constava de ordenanças, o qual nos era prejudicial, removeu-o inteiramente, encravando-o na cruz” (Cl 2.14). Sobre a lei judicial, a CFW afirma:

A esse mesmo povo, considerado como um corpo político, Deus concedeu diversas leis judiciais que deixaram de vigorar quando o país daquele povo também deixou de existir e que agora não obrigam a ninguém além do que exige a sua equidade geral. (CFW, Capítulo XIX, Parágrafo IV, p. 64).

Compreende-se que a lei judicial ou civil fazia sentido para sociedade israelita regida por um governo teocrático. No Velho Testamento, Deus governava o seu povo por meio de um sistema de governo civil subordinado a sua lei. Sabemos que temos muito o que aprender com as leis civis, pois elas expressam o padrão moral de Deus para toda sociedade em todo tempo. Contudo, subscrevê-las como padrão para sociedade atual seria reivindicar a restauração de um Estado Teocrático nos moldes da Antiga Aliança, desconsiderando que a Igreja de Cristo é o novo Israel de Deus.

Dixhoorn (2018, p. 256) diz que “Deus deu ao povo de Israel, como um corpo político, um conjunto de leis civis. Assim como as leis cerimoniais, essas leis civis já não estão em vigor para o povo de Deus hoje”. Quanto à aplicação da lei civil hoje, o teólogo Mauro Meister diz que devemos pensar na seguinte interpretação: “A Lei Civil tinha a finalidade de regular a sociedade civil do estado teocrático de Israel. Como tal, não é aplicável normativamente em nossa sociedade”(1999, p. 4).

1.3 A Lei Como Norma Universal

A CFW volta a abordar o tema da lei moral no quinto parágrafo. O parágrafo reforça a ideia de que a lei moral continua vigente nos dias atuais revelando a norma de Deus como padrão para todas as sociedades:

A lei moral obriga a todos os homens a prestar-lhes obediência para sempre, tanto as pessoas justificadas quanto às demais, e isto não somente por causa da matéria nela contida, mas também pelo respeito à autoridade de Deus, o Criador, que a deu. Cristo, no Evangelho, de modo algum desfaz esta obrigação, antes a confirma (CFW, Capítulo XIX, Parágrafo V, p. 65).

Como um padrão para todos os homens, a lei moral revela a ética, a santidade e a justiça do próprio autor da Lei. Deus nos revela, em sua lei, uma norma universal. Meister (1999, p.12) afirma que “a lei moral tem a finalidade de deixar bem claro ao homem os seus deveres, revelando suas carências e auxiliando-o a discernir entre o bem e o mal. Como tal, é aplicável em todas as épocas e ocasiões”. Portanto, a lei moral não caducou. Logo, ela nos informa o que Deus exige de todos os homens, “tanto as pessoas justificadas quanto às demais”, como informa a CFW. Sobre a continuidade da lei como norma para todos os homens, o pastor e escritor Philip Graham Ryken, em seu livro “Os Dez Mandamentos para os dias de Hoje”, comenta:

A Lei é perpetuamente obrigatória, pois ela permanece em vigor para todas as pessoas em todos os lugares e em todos os tempos. Soberania, justiça, fidelidade, veracidade, amor são atributos eternos de Deus. Ele teria de deixar de ser Deus para colocá-los de lado. Há de se concluir, por conseguinte, que a Lei que expressa seus atributos eternos tem validade eterna. Isso talvez explique por que Deus escreveu os Dez Mandamentos em pedra, escrevendo-os com o próprio dedo (RYKEN, 2014, p. 14).

Assim, todos os homens estão sob a lei moral de Deus. “A Lei perpetuamente obrigatória”, como diz Ryken. Visto que a lei expressa o caráter de Deus, a reação do homem à lei é uma reação ao próprio Deus. Como afirma Olivar (2023, p.132), “a constante quebra dessa bendita Lei é o que condena o ímpio; a observância constante desta Lei pelos méritos de Cristo é a garantia do crente da salvação eterna”. Comentando sobre este parágrafo, Hodge faz a seguinte observação:

Com respeito aos pecadores incorrigíveis, a lei é útil para refrear a irrupção de suas paixões, para fazer sua desobediência sem justificativa, para vindicar justiça divina na condenação deles e para fazer seus exemplos uma advertência a outros. No tocante aos homens regenerados, a lei continua sendo indispensável como instrumento do Espírito Santo na obra de santificação deles. Ela continua sendo para eles um inflexível padrão de justiça, ao qual sua natureza e suas ações devem corresponder (HODGE, 2016, p. 348-349).

Nos escritos do apóstolo Paulo, a lei é confirmada como norma. Aos romanos o apóstolo afirmou: “Anulamos, pois, a lei pela fé? Não, de maneira nenhuma! Antes, confirmamos a lei” (Rm 3.31). Asseverando o texto paulino, Tiago exorta suas ovelhas em sua carta: “Se vós, contudo, observais a lei régia segundo a Escritura: Amarás o teu próximo como a ti mesmo, fazeis bem” (Tg 2.8). Portanto, o texto da Confissão, e os comentários dos teólogos citados acima, estão amparados pela Escritura. Acertadamente a tradição reformada confirma que a lei é uma norma universal que revela o caráter de Deus a todos os homens, restringindo o pecado dos ímpios e sendo padrão ético e moral dos cristãos.

1.4 A Lei Como Norma em Harmonia com o Evangelho

A Lei de Deus é uma norma completamente em harmonia com o Evangelho. Alguns se equivocam em colocar o Decálogo e o Evangelho em posições antagônicas, pois o Deus do Antigo Testamento é o mesmo Deus no Novo Testamento. Para melhor compreensão, as seções VI e VII expõe uma interpretação teológica a respeito da Lei e o Evangelho:

Embora os verdadeiros crentes não estejam sob a lei como um pacto de obras, para serem por ela justificados ou condenados, contudo ela serve de grande proveito, tanto a eles, como aos demais. Como regra de vida, ela lhes informa da vontade de Deus e do dever que eles têm; os dirige e os obriga a andar segundo a retidão; descobre-lhes também as pecaminosas poluições de sua natureza, do seu coração e da sua vida, de maneira que, examinando-se por meio dela, alcançam mais profunda convicção do pecado, maior humilhação por causa dele e maior aversão a ele, ao mesmo tempo lhes dá mais clara visão da necessidade que têm de Cristo e da perfeita obediência dele. Ela é também de utilidade aos regenerados, a fim de conter a sua corrupção, pois proíbe o pecado; as suas ameaças servem para mostrar o que merecem os seus pecados e quais as aflições que por causa dele devem esperar nesta vida, ainda que estejam livres na maldição ameaçada da lei. Do mesmo modo, as suas promessas mostram que

Deus aprova a obediência deles e que bênçãos podem esperar dessa obediência, ainda que essas bênçãos não lhes sejam devidas pela lei considera como pacto de obras – assim como fazer um homem o bem ou evitar ele o mal só porque a lei estimula e proíbe isto e não prova estar ele sob a lei e não sob a graça (CFW, Capítulo XIX, Parágrafo VI, p. 65).

Dixhoorn (2017, p. 262-264) ressalta que a seção VI se volta para os três grandes usos da lei moral. Primeiro, Deus revela a sua lei como uma regra de vida. “A lei é uma regra de vida porque ela nos informa a vontade de Deus”, conforme atesta o texto da Confissão. O segundo uso da lei aponta para Cristo. “A lei nos expõe. Em outras palavras, a lei proveitosamente nos torna conscientes de nossas muitas falhas, nos ajuda a lamentar nossa miséria e produz um anseio por libertação”. Por isso, a lei moral nos conduz ao nosso Redentor, Cristo. Por fim, “a terceira função da lei moral é a de uma barricada para nos guardar da rebelião destrutiva, um preventivo contra o pecado”.

Não por acaso, no Salmo 119.4-5, encontramos uma belíssima declaração a respeito da lei como norma para vida. O salmista, dirigindo-se ao autor da lei, diz: “Tu ordenaste os teus mandamentos, para que os cumpramos à risca. Tomara sejam firmes os meus passos, para que eu observe os teus preceitos”. O salmista deseja guardar a lei de Deus por compreender que ela, por revelar a vontade de Deus, era uma regra para sua vida.

Nos escritos de Paulo, aprendemos que a lei nos leva aquele que pode nos redimir. O apóstolo afirma que a “lei nos serviu de aio para nos conduzir a Cristo, a fim de que fôssemos justificados por fé” (Gl 3.24). A Bíblia também ensina que o ímpeto do pecado é limitado com as advertências de Deus. Ao seu povo Deus disse: “se violarem os os meus preceitos e não guardarem os meus mandamentos, então, punirei com vara as suas transgressões e com açoites, a sua iniquidade” (Sl.89.30-32).

A seção VII, afirma com mais veemência que não há antagonismo entre Lei e Evangelho:

Os supracitados usos da lei não são contrários à graça do Evangelho,mas suavemente se harmonizam com ela, pois o Espírito de

Cristo submete e habilita a vontade do homem a fazer livre e alegremente aquilo que a vontade de Deus, revela na lei, requer que se faça. (CFW, Capítulo XIX, Parágrafo VII, p.65).

Por falta de uma interpretação bíblica e teológica no que diz respeito à lei e ao evangelho, muitos fazem confusão quanto ao tema. A interpretação dualista enxerga Deus como um Ser irado no Antigo Testamento e um Deus gracioso no Novo Testamento. Na verdade, como afirma o texto da CFW, “os supracitados usos da lei não são contrários à graça do Evangelho”. Pelo contrário, a lei leva os pecadores até à cruz de Cristo. Para melhor compreensão o comentário de John Frame é oportuno:

Numa análise metódica, as definições que separam nitidamente lei e evangelho não se sustentam. Tanto na lei quanto no evangelho Deus proclama sua obra redentora e exige de seu povo resposta pela obediência aos seus mandamentos. A lei e o evangelho diferem na ênfase, mas se sobrepõem e se cruzam. Eles apresentam toda a Palavra de Deus de perspectivas diferentes. De fato, podemos dizer que a Bíblia como um todo é tanto lei (porque fala em seu todo com autoridade divina e exige crença) quanto evangelho (porque em seu todo é boa-nova às criaturas caídas). Cada conceito fica sem sentido sem o outro. Cada um implica o outro (FRAME 2010, p. 192b).

No clássico de John Bunyan, *O Peregrino*, quando Cristão chega na casa de Intérprete, ele aprende uma preciosa lição sobre a importância da lei e do evangelho:

Intérprete levou Cristão a uma grande sala cheia de poeira, porque nunca fora varrida. Depois de examinar por um momento, Intérprete mandou chamar um homem para varrê-la. Enquanto o homem varria, a poeira subiu em nuvens que quase sufocaram Cristão, Intérprete então pediu a uma serva: – Traga água e respingue-a no chão. Assim o cômodo pôde ser varrido (BUNYAN, 2022, p.61).

A imagem do conto descreve como funciona o processo da lei e do evangelho no coração do pecador. Depois de sair da sala do anfitrião, Cristão o interroga sobre a experiência vivenciada naquela sala:

Intérprete respondeu: – A sala é o coração do homem; o pó é o pecado que o contaminou. Aquela que primeiro começou a varrer é a lei; quem trouxe água e a respingou é o evangelho. A lei, em vez de limpar o coração, só reaviva e aumenta o pecado na alma. Mas, quando a

influência doce e preciosa do evangelho entra, o pecado é derrotado e a alma se faz limpa, e em condições de se tornar habitação do Rei da glória BUNYAN, 2022, p.62).

Paulo, em Gálatas 3.23-29, faz um paralelo mostrando que os cristãos estão sob a lei em Cristo. O evangelho exposto por Paulo revela Cristo como Cordeiro que cumpre a exigência da lei no lugar dos pecadores. O apóstolo diz que “Cristo nos resgatou da maldição da lei, fazendo-se ele próprio maldição em nosso lugar (porque está escrito: Maldito todo aquele que for pendurado em madeiro)”. O argumento de Paulo nos ensina que é um equívoco desejar as bênçãos oriundas do calvário desassociando-as da lei revelada no Monte Sinai.

Comentando o escrito de Paulo, Stott (2016, p.91) afirma que, de forma incorreta, “alguns querem ir a Jesus sem se encontrar primeiro com Moisés. Querem ignorar o Antigo Testamento, herdar a promessa da justificação em Cristo sem o prévio sofrimento da condenação da lei.” Por outro lado, mas não menos errado, “outros vão a Moisés e à lei para serem condenados, mas continuam nessa servidão infeliz. Apenas Cristo pode nos libertar da prisão em que a maldição da lei nos colocou, pois ele foi feito maldição em nosso lugar”. Dessa forma, a lei cumpre perfeitamente o seu papel, por isso que “depois de irmos a Moisés, e tento reconhecido nosso pecado, a nossa culpa e a nossa condenação, não devemos ficar lá. Devemos permitir que Moisés nos leve a Cristo”.

Em suma, o texto confessional da CFW apresenta aos herdeiros da Reforma uma abordagem sistemática da lei de Deus. Observa-se que a abordagem afirma que a lei de Deus revela o seu caráter, como norma ética e moral para todos os homens, principalmente para os filhos de Deus. Encontramos na lei um padrão eterno e que conduz os pecadores a Cristo. Nas palavras de Olivar (2023, 134), a lei, “apesar de ter sido cumprida em sua totalidade por Cristo, não perdeu sua utilidade como norma e conduta para o crente”. Como já foi mencionado, Deus é o autor da lei. E a lei como Palavra de Deus tem valor autoritativo e eterno sobre os seus filhos.

Não obstante, o distanciamento dos padrões expostos na lei, geram problemas no âmbito familiar, moral e social. Segundo Jean Berthou (2019, p. 308), “há somente uma solução. A redescoberta da lei de Deus. Se quisermos restabelecer

o respeito às leis dos homens”. Nas palavras de Jen Wilkin, “devemos amar a lei porque amamos Jesus e porque Jesus amou a lei” (2023, p.17).

2. O FUNDAMENTO DA OBRIGATORIEDADE DO QUINTO MANDAMENTO

No primeiro capítulo, por meio de uma abordagem bíblica e teológica, à luz da interpretação da CFW, analisamos a doutrina de lei de Deus como norma revelada aos homens. Na sua lei, Deus revela o seu caráter moral como padrão universal, ou seja, a norma de Deus é para todas as culturas, épocas e sociedades. Por meio da sua lei, Deus revela o seu caráter relacional e pactual, em harmonia com o evangelho, revelando Jesus Cristo como Senhor e Redentor. Também foi dito que a lei de Deus continua vigente nos dias atuais, pois, ao revelar a perfeição e a eternidade do seu autor, a lei jamais caducará.

Dessa forma, quanto à eficácia e a obrigatoriedade da obediência à lei, que sujeita todos os homens a norma de Deus, vale salientar o que o texto da CFW assevera, no capítulo XIX, parágrafo V: “A lei moral obriga a todos os homens a *prestar-lhes obediência para sempre* [...] e isto não somente por causa da matéria nela contida, mas também pelo respeito à autoridade de Deus, o Criador, que a deu”. No Novo Testamento, “Cristo, no Evangelho, de modo algum desfaz esta *obrigação*, antes a confirma”[grifo meu]. Assim, a natureza da obrigatoriedade da lei se fundamenta na autoridade de Deus, que “obriga a todos os homens a prestar-lhes obediência para sempre”.

Entretanto, a despeito de todas as verdades eternas que a lei de Deus nos revela, é notório que em nossa cultura tem prevalecido uma mentalidade que expressa aversão aos padrões de Deus. Para abordagem do presente capítulo, em primeiro lugar, veremos que a insubmissão a lei de Deus é refletida por meio de uma mentalidade que relativiza toda forma de autoridade constituída.

2.1 A Relativização do Conceito de Autoridade

Cremos que Deus é o único ser dotado de poder e autoridade em sua essência. Todas as demais autoridades são revestidas de autoridade por Ele. Portanto, se a autoridade suprema do universo tem sido questionada pelos novos padrões morais da sociedade contemporânea, por conseguinte, todo padrão hierárquico estabelecido será atacado e rechaçado. John Stott sintetiza o espírito da nossa época:

Raras vezes, ou talvez nunca, na sua longa história, o mundo tem testemunhado semelhante revolta autoconsciente contra a autoridade. Todas as autoridades aceitas (família, escola, universidade, Estado, igreja, Bíblia, papa e Deus) estão sendo questionadas. Tudo quanto dá a impressão de “autoridade estabelecida” está sendo sujeitado a escrutínio e a oposição (STOTT, 2003, p.56).

John Stott é preciso em sua análise. O clamor por insurreição contra as autoridades permeia o mundo fomentando revoltas e rebeliões em todas as camadas da sociedade. Todavia, muito mais que uma questão cultural e sociológica, estamos diante de um problema moral e espiritual. Jean Marc Berthoud (2019, p.37) expõe o que está por trás da mentalidade reativa a todo conceito de autoridade: “Nem Deus, nem a lei. Eis o clamor do mundo ímpio. A liberdade assim reivindicada, *serve para realizar só os próprios desejos*” [grifo meu].

Conforme Berthoud, quem rejeitada Deus rejeitará a sua lei com intuito de se entregar aos seus prazeres efêmeros. À vista disso, toda revolta dos homens contra as autoridades constituídas na esfera horizontal, é apenas um reflexo da rebelião do homem contra a autoridade suprema, Deus. No Salmo 2, a Palavra registra o clamor dos perversos que reivindicam libertação dos laços e algemas que os prendem ao Senhor Deus. O salmista diz que “os reis da terra se levantaram, e os príncipes conspiram contra o Senhor e contra o seu Ungido, dizendo: Rompamos os seus laços e sacudamos de nós as suas algemas” (Sl.2.1-3)⁷.

Há muita semelhança entre o discurso contra as autoridades do nosso tempo, e o clamor dos ímpios que se rebelam contra o Senhor Deus no Salmo 2. O teólogo D. A Carson (2009, p. 741) afirma que o Salmo 2 é uma poesia messiânica. O salmo “reflete a rebelião do mundo contra Deus; profeticamente, o salmo fala da rejeição de Jesus”. O mundo enfurecido conspira contra o Senhor, os homens estão inquietos “porque não pode haver paz enquanto o Senhor e o seu ungido forem rejeitados. A inimizade contra Deus está no cerne da natureza caída.” Deus é rejeitado porque para os ímpios o seu padrão moral é como laços e algemas que os privam da liberdade, impedindo-os de “realizar seus próprios desejos”. Allan Harman comenta:

⁷ Segundo o teólogo Carson (2009, p. 741), o Salmo 2 “era usado para saudar cada um dos reis da linhagem de davídica em sua ascensão ao trono, como um lembrete do ideal, mas o seu cumprimento ocorreu no Filho Maior do grande Davi”.

“Os homens pecaminosos nunca se dispõem a andar dentro das fronteiras que Deus impõe às suas criaturas. Em sua arrogância, declaram sua suposta liberdade e reivindicam ser senhores de seus próprios destinos” (2011, p. 79.)

Inutilmente o homem tenta rejeitar Deus e sua lei gravada em seu coração. Por isso, nem mesmo por meio do seu ateísmo a sua consciência consegue se livrar da existência de Deus (Rm 2.15). Para João Calvino (2001, p. 49), Deus ao falar a consciência dos homens, gravou “na mente humana um senso da divindade que jamais se pode apagar.” Por causa disso, a “contumácia dos ímpios é testemunha qualificada, a saber, lutando furiosamente, contudo não conseguem desvencilhar-se do medo de Deus”.

A confissão do filósofo ateu Thomas Nagel (1997, p.130) comprova o argumento de João Calvino. Nagel diz: “não é apenas que eu não creio em Deus. Espero que não haja Deus nenhum! Não quero que o universo seja assim. Esse problema da autoridade cósmica não é uma doença rara” Thomas Nagel, mesmo com seu ateísmo militante, acertou em sua declaração quando disse que a relação do homem com Deus é “*um problema da autoridade cósmica*”[grifo meu]. Os homens embora quebrados pelo pecado “não conseguem desvencilhar-se do medo de Deus”, como disse Calvino. Por amarem mais os seus prazeres, os “homens detêm a verdade pela injustiça” (Rm 1.18).

2.2 O Antinomismo como Efeito da Queda

Vimos no Salmo 2 que os homens cerram os punhos e declaram independência de Deus: “Rompamos os seus laços e sacudamos de nós as suas algemas.” A causa primária de toda relativização do conceito de autoridade diz respeito à relação do homem com Deus e sua lei. “Uma heresia mortal percorre toda a história da igreja e hoje, em particular, a destroi. Seu nome é antinomismo (do grego anti = contra, nomos = lei: *desprezo à lei divina*, a rejeição da lei de Deus” [grifo meu] (BERTHOUD 2019, p. 29).

Pensando no antinomismo que se manifesta no desprezo dos padrões morais de Deus, uma análise do testemunho de Adão e Eva é fundamental. Adão e Eva foram os primeiros filhos a desobedecerem a autoridade de um Pai. “O quinto

mandamento fala do respeito à autoridade. O que está por trás desse mandamento é a própria autoridade de Deus como nosso Pai” (RYKEN, 2022, p. 548). Portanto, o relato de Gênesis 3, deve ser encarado como uma narrativa histórica que expõe de forma incontestável a origem de todo litígio, crise e drama humano no seu relacionamento com Deus e com o próximo. Logo após a queda, a relação entre Pai e filhos foi afetada drasticamente. O texto Bíblico diz:

Abriram-se, então, os olhos de ambos; e, percebendo que estavam nus, coseram folhas de figueira e fizeram cintas para si. Quando ouviram a voz do SENHOR Deus, que andava no jardim pela virada do dia, esconderam-se da presença do SENHOR Deus, o homem e sua mulher, por entre as árvores do jardim. (Gn 3.8).

Eis a origem de toda insubordinação e rebeldia humana que deprecia toda hierarquia constituída. Richard Phillips comenta que nada “poderia descrever mais perfeitamente os efeitos malignos do pecado do que a fuga da presença de seu bom e amoroso Deus” (2019, p.113). O homem em crise com Deus também estaria em crise com a sua esposa. Ao ter o seu pecado confrontado por Deus, Adão responde: “A mulher que me deste por esposa, ela me deu da árvore, e eu comi” (Gn 3.12).

Assim, Adão também foi o primeiro homem revestido de autoridade que não cumpriu com o seu papel como deveria, cuidando e guardando aquela que estava sob sua responsabilidade. Antes, “ele despreza e acusa Deus por tê-lo amarrado a ela” (PHILLIPS, 2019, p. 113). Lembrando que foi de Adão a belíssima declaração dirigida à sua esposa ao recebê-la da parte de Deus: “Esta, afinal, é osso dos meus ossos e carne da minha carne”(Gn. 2.22). O pecado deforma os relacionamentos, desvirtuando aquilo que outrora era belo e amável.

Deus ao tratar do pecado do homem disse: “Maldita é a terra por tua causa; em fadigas obterás dela o sustento durante os dias de tua vida” (Gn 3.17)⁸. Na análise de Phillips (2019, p.117), “a maldição de Deus sobre o homem o atrai, de forma nociva, para longe da mulher”. Depois da queda a responsabilidade imposta ao “homem exige

⁸ No entendimento de Phillips, a “arena na qual Adão deveria carregar a imagem de Deus por meio do trabalho foi amaldiçoada, de modo que a terra viria a produzir alimentos apenas com grande esforço enquanto cardos e espinhos cresceriam em abundância. Por essa razão [...] nosso trabalho é tão frequentemente cansativo e desgastante; e a morte nos espera a todos ao final de nossos dias de trabalho” (PHILLIPS, 2019, p.117).

tanto dele que ele quase não terá tempo para a mulher. Esta é a dinâmica em praticamente todos os casamentos: a mulher se sente negligenciada porque o homem é consumido por seu trabalho.” E nas horas vagas “é por seu lazer: carros, músicas, esportes, pinturas, coleções de selos e outras coisas”.

O caos no relacionamento horizontal ficaria ainda mais agravado quando Deus se pronuncia ao tratar do pecado da mulher: “o teu desejo será para o teu marido, e ele te governará”(Gn 3.16)⁹. A maldição de Deus impetrada sobre Eva, como resposta ao seu pecado, refletiria sobre a posteridade feminina. Dessa forma, os seus estímulos sexuais e sua subordinação ao homem seriam drasticamente afetados. “Como resultado, elas têm uma paixão doentia pelos homens e por seu relacionamentos com eles [...] e desejo nocivo de possuir e controlar seu homem” (PHILLIPS, 2019, p.113). Por consequência, a guerra entre os sexos (homem e mulher) predominaria em todos os lares como um reflexo da desobediência do primeiro casal.

Portanto, o fatídico acontecimento do Jardim do Éden explica toda desordem espiritual, moral e social do tempo presente. Um olhar sobre o drama humano em seus relacionamentos usando as lentes bíblica e teológica, nos mostra que o “problema não é a história, o problema é o pecado. A cultura é ruim hoje, mas Sodoma e Gomorra provavelmente não eram melhores” (FRAME, 2013, p. 844b). O que assistimos hoje em nossa sociedade é apenas uma repetição mórbida do que os nossos pais fizeram no Jardim do Éden¹⁰. Frame ao analisar a conduta de Eva descreve a mentalidade da nossa era:

Eva era [...] uma idólatra de valores e destruidora deles, tudo ao mesmo tempo. Imagina a cena. Eva sabe o que Deus disse, mas ela também ouviu uma palavra de Satanás que afirma que Deus é mentiroso. Qual seria a decisão dela? Deveria ter sido óbvia, é claro. Deus é o Criador; ele tem perfeito conhecimento e compreensão; ele tem o direito de falar com autoridade absoluta. Além disso, Eva deveria ter confiado em Deus

⁹ Analisando a maldição sobre Eva, Philips diz que a “ palavra desejo que Deus emprega aqui aparece apenas duas outras vezes em toda a Bíblia. Nós a lemos no Cântico de Salomão para descrever o desejo sexual de um homem: ‘Eu sou do meu amado, ele tem saudade de mim’ (Ct 7.10). A outra ocorrência está em Gênesis, onde Deus adverte Caim sobre o poder do pecado: ‘O pecado jaz à porta; o seu desejo será contra ti’ (Gn 4.7). Aqui, a ideia é de domínio e controle” (PHILLIPS, 2019, p. 115).

¹⁰ John Frame, analisando o pensamento de Van Til, diz que a queda de Adão e Eva é um momento histórico para toda a humanidade. Assim, “a história a partir daquele tempo tem sido apenas repetição após repetição” (2013, p. 844).

também porque ele a amava. Contudo, algo aconteceu na consciência dela. Eva estava presa a duas alternativas remanescentes: ou não há autoridade final ou ela era a autoridade final [...]. Ela cria que era autoridade para decidir o que é verdadeiro ou falso, certo ou errado. Porém, se ela era a autoridade final, então não há Deus, não há quem possa falar uma palavra com mais autoridade que a dela. E se não há Deus, não há sentido, racionalidade, estrutura ou base para qualquer outra palavra, incluindo a dela, ter autoridade. Assim, Eva [...] pensava que era autoridade suprema, mas também cria que não há autoridade suprema. Essas duas crenças são inconsistentes, é claro. Mas ambas são necessárias para a mentalidade incrédula (FRAME, 2013, p. 844b).

Frame foi cirúrgico em sua análise. Eva representa o anseio do pensamento contemporâneo contrário a toda forma de autoridade constituída. No afã de ser senhor de si mesmo, o homem nega os padrões absolutos, mas ao fazê-lo nega os seus próprios padrões. Assim, “Inculcando-se por sábios, tornaram-se loucos” (Rm 1.22). Ao negarem a autoridade de Deus os homens rebaixaram a sua própria autoridade, porque “se tornaram nulos em seus próprios raciocínios, obscurecendo se-lhes o coração insensato” (Rm 1.21).

Na sua loucura, o homem rompeu com os padrões morais de Deus. Contudo, a insubmissão dos perversos não anula a responsabilidade que recai sobre todos os homens quanto à sua obrigação moral de observar e guardar a lei de Deus. Portanto, se faz necessário uma abordagem bíblica e teológica em defesa da obrigação moral que exige dos homens submissão a Deus e sua lei.

2.3 A Natureza da Obrigação Moral

Vimos acima que o antinomismo é reflexo da queda do homem. Os homens rejeitam a lei porque se opõem ao próprio Deus. Entretanto, como afirma R.C Sproul (2004 p.64), “os homens podem até negar a existência de Deus ou se recusar a honrá-lo. Mas a descrença ou desobediência da pessoa humana em nada prejudica o ser de Deus. Deus existe quer se creia ou não nele”. Ainda que o homem se rebele contra Deus e sua lei, “a sua aliança está de pé, mesmo se escolhermos desconsiderá-la. Todo ser humano está, de forma inescapável, ligado a um relacionamento de aliança com Deus”.

Deus é um ser moral e expressa a sua moralidade por meio da sua lei que

nos foi revelada. Encontramos em Êxodo 20.2, Deus declarando: “Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão”. O Breve Catecismo de Westminster, em resposta à pergunta 44, interpreta essa passagem de Êxodo da seguinte forma: “O prefácio dos Dez Mandamentos ensina-nos que temos obrigação de guardar todos os mandamentos de Deus, por ser *Ele o Senhor nosso Deus e Redentor*” [grifo meu]. À luz do entendimento do Catecismo, todos os homens devem se submeter à lei de Deus. Porque Deus por meio da sua lei se revela como Senhor e Redentor. O teólogo Leonard Van Horn comenta a resposta do Breve Catecismo:

Devemos guardar seus mandamentos por ser ele nosso Senhor uma vez que ele é nosso Criador e nosso Soberano, e que como criaturas e súditos dele nós lhe devemos isso. Devemos guardar seus mandamentos porque ele é nosso Deus visto que ele é nosso Deus Pactual e nos tem levado a um relacionamento especial consigo e assim nós temos a obrigação de servi-lo [grifo meu]. Devemos guardar seus mandamentos por ser ele nosso Redentor uma vez que ele nos comprou e libertou do pecado e isso nos deve incentivar a lhe sermos obedientes [grifo meu] (VAN, 2018, p. 91).

Seguindo essa mesma interpretação, Philip Ryken diz que no prefácio da lei “Deus estava lembrando os israelitas que Ele não somente era seu Senhor e seu Deus, mas também seu Redentor. Essa foi a base que a Lei foi estabelecida. Era um privilégio exclusivo de Israel receber a Lei diretamente de Deus” (2014, p. 11). Dessa forma, a obrigatoriedade da lei de maneira alguma seria um fardo sobre o povo de Deus. Pelo contrário, Israel expressaria gratidão a Deus ao se submeter a sua lei. Para Leonard Van Horn, “não existe nada de incompatível entre o amor e a obediência, e a Lei de Deus é uma maravilhoso motivador para cada um dos dois” (2018, p.86).

Seguindo essa mesma interpretação, Philip Ryken diz que no prefácio da lei “Deus estava lembrando os israelitas que Ele não somente era seu Senhor e seu Deus, mas também seu Redentor. Essa foi a base que a Lei foi estabelecida. Era um privilégio exclusivo de Israel receber a Lei diretamente de Deus” (2014, p. 11). Dessa forma, a obrigatoriedade da lei de maneira alguma seria um fardo sobre o povo de Deus. Pelo contrário, Israel expressaria gratidão a Deus ao se submeter a sua lei. Para Leonard Van Horn, “não existe nada de incompatível entre o amor e a obediência, e a Lei de Deus é uma maravilhoso motivador para cada um dos dois” (2018, p.86).

A Palavra ao revelar Deus como Redentor, também apresenta implicações morais quanto à obrigatoriedade que recai sobre todos os homens que devem obediência ao Senhor Deus. É verdade que o evangelho liberta os homens do pecado, mas não o torna livre para relativizar a obediência aos mandamentos de Deus. “A verdadeira fé, que nos une a Jesus Cristo, o Salvador, só existe acompanhada da obediência – pelo verdadeiro princípio de obediência – à lei de Deus, a lei santa, justa e boa” (BERTHOUD, 2019, p. 26).

O apóstolo Paulo nos mostra que o evangelho anuncia Cristo humilhado na cruz e exaltado sobre todos. Ou seja, Cristo é revelado como Salvador dos pecadores, “assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornado-se obediente até a morte de cruz” (FI 2.8). Por outro lado, Cristo é Senhor Soberano sobre toda criação: porque “Deus o exaltou sobremaneira e lhe deu o nome que está acima de todo nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é Senhor, para glória de Deus Pai” (FI 2.9-11).

Portanto, o evangelho revela Jesus como Salvador e Senhor. Nele, os pecadores são livres dos seus pecados e desafiados a obedecerem a Deus se submetendo ao senhorio de Cristo. Dessa forma, veremos nos tópicos adiante, como o prefácio da lei nos revela Deus como Redentor e Senhor, e quais implicações dessa verdade sobre a vida dos homens.

2.3-1 Deus Redentor

Os cristãos, do mesmo modo que Israel, compungidos dos seus pecados perdoados, devem demonstrar amor e gratidão a Deus em obediência à sua perfeita lei. Para aqueles que foram alcançados pela redenção da cruz, a obediência à lei de Deus é um deleite para sua alma. Philip Ryken comenta:

O que Deus disse a Israel é essencialmente a mesma coisa que Ele diz a todo crente em Cristo: “Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirei do Egito do teu pecado, da tua servidão a Satanás”. Por intermédio da obra de salvação de Jesus Cristo, crucificado e ressurreto, Deus é o nosso soberano Senhor e particular Salvador. Por isso, Ele tem o direito de reivindicar autoridade legal sobre nós. A Lei vem de Deus, que é nosso Salvador e nosso Senhor” (RYKEN, 2014, p. 11).

No prefácio da sua lei, Deus não se revelou como Senhor de vassallos, mas como um Deus soberano que providenciou libertação dos escravos do pecado que estavam cativos no império de Satanás. O Êxodo era o pano de fundo histórico e redentivo do evangelho exposto por Paulo. O apóstolo escreveu que Deus “nos libertou do império das trevas e nos transportou para o reino do Filho do seu amor, no qual temos a redenção, a remissão dos pecados” (Cl 1.13).

Portanto, tendo em vista que o prefácio da lei anuncia o evangelho de Deus aos pecadores, a obrigatoriedade dos mandamentos é muito mais que um dever moral, pois encontramos na introdução da lei de Deus motivos para exaltar o seu autor. Como Davi, os cristãos devem cantar: “agrada-me fazer a tua vontade, ó Deus meu; dentro do meu coração, está a tua lei” (Sl 40.8).

Dessa forma, o dever que exige do povo de Deus submissão à lei, não é uma barreira que desestimula o louvor e a gratidão ao Deus que se revela ao seu povo como Redentor. A missionária Sarah Pouton Kalley, compôs um hino que expressa a harmonia entre gratidão e submissão a Deus:

Subjugado em todo ser, Me submeto ao teu poder!
Grande é o preço do perdão, Dá-me igual consagração!
Eu, remido pecador, Me dedico ao Redentor.
Teu é este coração, Teu em plena sujeição!¹¹

O evangelho mostra que o preço do perdão custou o sangue de Cristo na cruz. O profeta Isaías diz que o servo sofredor “foi transpassado pelas nossas transgressões e moído pelas nossas iniquidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados” (Is 53.5). O profeta afirma que foi o próprio Deus que “agradou moê-lo, fazendo-o enfermar” (Is 53.10). Assim, a poesia do hino interpreta corretamente a visão que o profeta Isaías vislumbrou do Messias. Cristo aceitou a condição da cruz por se submeter a um Deus que era Senhor sobre a sua vida, por outro lado, a submissão de Cristo também revela Deus como Redentor.

¹¹ O hino “*Dedicação Pessoal*” faz parte do repertório de hinos adotados pela Igreja Presbiteriana do Brasil. Novo Cântico. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2017, p. 177.

À vista disso, se submeter ao Senhor Deus que redime os pecadores, é um dever moral, pois o evangelho nos liberta do pecado para que possamos, no poder do Espírito, nos submetermos aos padrões morais da lei de Deus. Paulo nos mostra que o evangelho não nos liberta para licenciosidade:

Assim também vós considerai-vos mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Cristo. Não reine, portanto, o pecado em vosso corpo mortal, de maneira que obedeçam às suas paixões; nem ofereçais cada um os membros do seu corpo ao pecado, como instrumentos de iniquidade, mas oferecei-vos a Deus como ressurreitos dentre os mortos, e os vossos membros, a Deus, como instrumentos de justiça. Porque o pecado não terá domínio sobre vós; pois não estais debaixo da lei, e sim da graça. (Rm 6.11-14).

Portanto, o evangelho, presente no prefácio da lei, revela aos pecadores Deus como Redentor, exige deles uma resposta em direção ao arrependimento e mudança de vida. E não somente isso, como veremos mais adiante, as boas novas também revelam Deus como Senhor, exigindo ainda mais obediência aos padrões de Deus.

2.3-2 Deus Senhor

No primeiro capítulo, ao comentar sobre o capítulo XIX da CFW, na seção V, foi exposto uma abordagem sobre a lei como norma universal. Como já foi dito, a lei exerce essa influência sobre todos os homens por causa do seu autor. A lei é suprema porque Deus é supremo. John Frame diz que “Deus é a norma suprema, o fato supremo da experiência com a qual devemos lidar” (2012, p. 242). Em função da sua autoridade moral, Deus estabeleceu um padrão ético que faz com que inescapavelmente todos os homens estejam debaixo da sua norma, revelando o seu senhorio sobre todas as criaturas. O salmista expõe:

Nos céus, estabeleceu o Senhor o seu trono, e o seu reino domina sobre tudo. Bendizei ao Senhor, todos os seus anjos, valorosos em poder que executai as suas ordens e lhe obedeçam à palavra. Bendizei ao Senhor, todos os seus exércitos, vós, ministros seus, que fazei a sua vontade. Bendizei ao Senhor, vós, todas as suas obras, em todos os lugares do seu domínio. Bendize, ó minha alma, ao Senhor. (Sl 103. 19-22).

A poesia de Davi nos mostra um Deus entronizado nos céus “que domina sobre tudo”. Em resposta ao seu senhorio, seres celestiais e autoridades humanas se rendem fazendo a sua vontade. Porque “todas as suas obras, em todos os lugares” estão debaixo “do seu domínio”. Nas palavras de Heber Campos:

As Escrituras enfatizam de modo marcante a soberania de Deus. Deus é apresentado como aquele que faz a sua vontade, e essa é a causa de todas as coisas que há no mundo. Ele não apenas toma decisões, mas faz vir à existência tudo que existe no mundo, assim como preserva e governa tudo que criou [...] Deus tem supremacia em tudo porque é soberano sobre os homens e sobre toda a criação. A soberania de Deus é o exercício da sua supremacia. Ele indica que está no trono exercendo seu governo sobre o universo, de fato e de verdade (CAMPOS, 2012, p. 365).

O teólogo Abraham Kuyper fala sobre “a Soberania do Deus Trino sobre todo o Cosmos, em todas as suas esferas e reinos, visíveis e invisíveis” (2010, p. 86). Por conseguinte, todos os homens estão sujeitos à majestade do Deus Supremo. A sua vontade revelada em sua Palavra expõe a lei, portanto, todos os homens devem submetê-la.

Jean Marc Berthoud (2019, p.44) diz que se a “lei é dada a Moisés é de fato a Lei de Deus, por consequência se trata da lei cuja aplicação ultrapassa o povo de Israel”. Logo, “ela objetiva todos os homens, todas as nações, pois uma vez que procede de Deus, a lei revela o próprio pensamento divino, e estabelece a ordem e o verdadeiro sentido de todas as coisas, de toda a criação de Deus.” Como vimos no texto confessional, o homem deve se submeter à lei de Deus não somente por causa da “matéria nela contida, *mas também pelo respeito à autoridade de Deus, o Criador*” [grifo meu]. Deus por ser o Criador de todas as coisas exige das suas criaturas submissão ao seu senhorio.

Dessa forma, ainda que o homem em sua pertinácia não se renda a Deus, ele continua preso dentro da realidade criada pelo Senhor. Segundo Emílio Garofalo (2011, p.27), “o homem rebelde continua funcionando num mundo dado por Deus, com um aparato mental dado por Deus. Ao trabalhar com capital emprestado, o descrente cria e age usando o que Deus lhe deu”. Assim, “clamor de autonomia é falso; o homem necessariamente reflete a Deus em suas subcriações; ele sempre é

teorreferente, mesmo que o seja de maneira negativa”.

O Deus que cria sujeita todas as coisas, e ele o faz porque é Senhor Soberano. Essa verdade foi ilustrada por C.S.Lewis, no seu clássico *As Crônicas de Nárnia*. Lewis mostra Aslan como Leão criador e rei do universo de Nárnia:

O Leão andava de um lado para o outro na terra nua, cantando a nova canção. Era mais suave e ritmada do que a canção com a qual convocara as estrelas e o sol; uma canção doce, sussurrante. À medida que caminhava e cantava, o vale ia ficando verde capim. O capim se espalhava desde onde estava o Leão, como uma força, e subia pelas encostas dos pequenos montes como uma onda. Em poucos minutos deslizava pelas vertentes mais baixas das montanhas distantes, suavizando cada vez mais aquele mundo novo. Pode-se ouvir a brisa encrespando a relva. E surgiram outras coisas além da relva. As mais altas encostas iam ficando escuras de urzes. Manchas de um verde mais intenso apareciam no vale. (LEWIS, 2020, p.60)

Tudo em Nárnia veio a existir por meio da palavra criadora e autoritativa de Aslan. No universo narniano, todos os seres criados estavam sujeitos ao senhorio e majestade do Leão rei e criador. Na Bíblia, Jesus Cristo é revelado aos homens como “a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda criação, pois, nele, foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra [...]. Tudo foi criado por meio dele e para ele. Ele é antes de todas as coisas. Nele, tudo subiste” (Cl.1.16-17). Por isso, todas as criaturas estão sujeitas ao seu governo soberano.

Concluimos que, inescapavelmente, todos os homens estão sujeitos ao Senhorio do Rei do Universo. Ainda que os rebeldes reivindicam rompimento com a autoridade suprema, eles sempre estarão presos na realidade imposta pelo Criador de todas as coisas. Dessarte, todo homem é um hospedeiro no mundo criado por Deus, ainda que ele se recuse a glorificá-lo. Portanto, como vimos nos pormenores no tópico anterior, a aversão aos padrões de Deus é um efeito da queda do homem, que reivindica uma autonomia utópica, pois, na prática, o “descrente cria e age usando o que Deus lhe deu” (GAROFALO, 2011, p.27).

Portanto, o que Deus nos obriga em sua lei deve nos motivar a adorá-lo com alegria e devoção, pois servimos um Deus Redentor e Senhor. Como Redentor, Deus exige de nós arrependimento dos nossos pecados e vida santa. Como Senhor, Deus

nos chama a total submissão reconhecendo a sua autoridade sobre nossas vidas.

Fundamentados nessas verdades eternas, os protestantes lutaram pela implantação da reforma protestante em solo inglês. Eles tinham um sonho: Tornar a Inglaterra uma nação sujeita ao governo soberano de Deus. Veremos no próximo tópico, uma abordagem panorâmica do contexto histórico da Reforma Inglesa.

2.4 O Contexto Histórico da Reforma Inglesa

No século XVII, o pensamento e a tradição reformada ganharam forma sendo sistematizados por meio dos símbolos de fé organizados pelos calvinistas ingleses. A Confissão de Fé, o Catecismo Maior e o Breve Catecismo são documentos que foram produzidos em um contexto social, político e religioso um tanto conturbado. Assim, em se tratando de pós-reforma, é necessário uma abordagem do pano de fundo histórico da Inglaterra. Os livros de história indicam que a Reforma Protestante na Inglaterra não seguiu os padrões da Alemanha, Suíça e Genebra.

Talvez a falta de uma referência religiosa como Lutero, Zuínglio e Calvino contribuiu para que a causa protestante não se desenvolvesse com o intento de levar a Igreja a retornar às Escrituras Sagradas. Antes, segundo os registros históricos, a reforma inglesa inicialmente tinha motivação meramente política. O historiador Bruce L. Shelley, em *História do Cristianismo ao Alcance de todos*, foi categórico em sua afirmação: “se a reforma luterana começou em uma cela monástica, e a calvinista na mesa de um estudioso, a Reforma Inglesa se deu a partir de questões de Estado, especificamente com o problema da sucessão do trono real” (2011, p. 296).

Alister Mcgrath, no seu clássico *A Revolução Protestante*, afirma que da perspectiva histórica, a igreja nacional da Inglaterra deve ser vista como uma variante protestante, conforme os documentos estatais e parlamentares geralmente descrevem” (2012, p.110). Portanto, uma análise histórica dos eventos e personagens que antecedem o século XVII, é fundamental para compreensão do período abordado.

3.4.1 Henrique VIII: Um Reformador Controverso

Diferente dos reformadores piedosos que propuseram reformar a Igreja visando a pureza do povo de Deus regressando à Palavra e às doutrinas dos pais da

Igreja, Henrique VIII entrou para os anais da história como um reformador com intenções espúrias. Henrique VIII foi rei na Inglaterra entre (1509-1547). McGrath comenta que “as causas da Reforma Inglesa, embora complexas e variadas, estão principalmente ligadas à tentativa de Henrique de preparar uma tranquila transição de poder após a sua morte”. O rei queria “ter um filho herdeiro legítimo e inquestionável do trono inglês” (2012, p. 112).

Dessa forma, o rei Henrique usou da causa legítima da Reforma Protestante, se sublevando como um reformador que usou do movimento para lutar por causas próprias. Sem ter gerado um filho varão no casamento com Catarina de Aragão, a sucessão do seu trono estava ameaçada. Motivo pelo qual o rei lutou pela anulação do seu casamento. O historiador Carlos Jeremias Klein registra a ação do monarca:

Henrique VIII, casado com Catarina de Aragão, viúva de seu irmão Artur, tentou anular esse casamento em 1526, para contrair núpcias com Ana Bolena. Alegou que o casamento era inválido, com base em Levítico 18.16, pelo grau de parentesco com Catarina que, sendo sua cunhada, poderia ser considerada sua irmã, o que configuraria incesto, sendo, nessa teoria, apoiado por um grupo de teólogos. (JEREMIAS, 2007, p. 222).

Os planos do rei foram frustrados pelo papa Clemente VII. O monarca foi informado que seria excomungado pela autoridade papal caso permanecesse com o seu projeto de poder que dependia de um novo matrimônio e a concepção de um filho. Como observou Bruce Shelley (2011, p. 297), o rei Henrique VII “revoltou-se contra o papa porque, apaixonadamente, desejava Ana Bolena, a dama de olhos escuros”. A história provaria que o rei estava disposto a não se submeter à autoridade papal. “Em janeiro de 1533, o rei casou-se secretamente com Ana. Em maio, a corte da igreja inglesa declarou o casamento de Henrique com Catarina nulo. E em setembro a nova rainha deu à luz uma criança”. Contudo, “contrariando as previsões era uma menina, Elizabeth”.

Em função disso, a queda de braço entre o papa Clemente VII e o rei Henrique VIII ficou ainda mais acirrada. “O papa se opôs à atitude de Henrique excomungando-o, o rei decidiu que a autoridade papal da Inglaterra teria de ser destituída” (SHELLEY, 2011, p. 297). A resposta de Henrique não foi nada conciliadora,

aumentando a tensão entre a Coroa e o Clero. Obstinado a preservar a manutenção do seu trono, o rei da Inglaterra declarou “a independência da Inglaterra – não só como nação-Estado, mas como província separada da igreja – e a autonomia do rei inglês” (MCGRATH, 2012, p.112).

Todavia, a história provou que o rei da Inglaterra nunca esteve motivado por questões bíblicas e teológicas ao propor mudanças na direção da igreja em seu país. Na verdade, “a única questão religiosa na reforma inicial inglesa referiu-se à supremacia papal. Henrique não pretendia romper com a antiga fé. Ele se considerava, de fato, o guardião do dogma católico” (SHELLYS, 2011, p. 298). Assim, a reforma na Inglaterra não se iniciou por ações de homens religiosos, mas pelos atos de um personagem político, “cujo o objetivo era criar uma nação unificada na confissão e politicamente estável com uma religião estatal coerente com foco no cargo e na pessoa do rei” (MCGRATH, 2012, p. 115).

2.4.2 A Reforma sob Eduardo VI

Henrique VIII morreu no ano de 1547. Seu único filho (Eduardo VI) assumiu o poder. Eduardo era herdeiro legítimo para suceder o seu pai. Mas com apenas 10 anos de idade, “o poder de governo sob o jovem Eduardo pertencia a um grupo de conselheiros reais simpatizantes da Reforma protestante, de maneira que a política inglesa passou abruptamente para uma direção protestante” (SHELLEY, 2011, p.300). Sob nova direção, a Inglaterra finalmente experimentou mudanças reais no que diz respeito a alguns aspectos doutrinários. O historiador Carlos Jeremias observa:

Sob o reinado de Eduardo VI e a liderança do arcebispo Cranmer, de Cantuária, iniciou-se uma verdadeira Reforma na Igreja da Inglaterra: supressão do culto das imagens, do celibato obrigatório, introdução do Livro de oração comum, comunhão sob as duas espécies e missa na língua inglesa. Ademais, foram elaborados 42 artigos de fé influenciados pela doutrina de Calvino. A Igreja, chamada Anglicana¹², passaria a constituir uma “via média” entre a Igreja de Roma e as igrejas luteranas e reformadas. (JEREMIAS, 2007, p. 223).

O reinado de Eduardo foi marcado por mudanças reais e significativas na

¹² A Igreja Anglicana foi chamada de “via média” porque o anglicanismo adotou aspectos da doutrina calvinista e a forma de governo eclesástico da Igreja Católica.

vida religiosa do povo inglês. Medidas drásticas e impopulares foram tomadas mostrando que a reforma eduardiana nem de longe se parecia com as mudanças executadas pelo rei Henrique. “Desde o início, ficou claro que o reinado de Eduardo marcaria uma ruptura radical com o passado. Não continuaria a ambiguidade teológica dos últimos anos do reinado de Henrique”(MCGRATH,2011, p. 116).

Assim, os protestantes começaram a vislumbrar um cenário favorável que possibilitaria uma reforma contundente influenciada pelas ideias de João Calvino. O arcebispo Cranmer¹³ se notabilizou como um líder fundamental nesse processo de transformação. Contudo, após a morte do rei Eduardo acenderia ao trono da Inglaterra Maria Tudor, tenaz opositora da Reforma Protestante.

2.4.3 Maria Tudor e a Catolização da Inglaterra

Em 1553, o infortúnio falecimento do rei Eduardo interrompeu abruptamente as reformas que vinham sendo implantadas na Inglaterra. O que veio na sequência foi uma espécie de contra reforma liderada por Maria Tudor (sucessora do trono, filha de Catarina). As ações da monarca visavam restaurar o catolicismo que vinha sendo enfraquecido através das reformas implantadas pelo seu antecessor. “Com as relações com o papado restauradas [...] a Inglaterra era mais uma vez uma nação católica. O relógio voltara 24 anos” (MCGRATH, 2011, p. 119).

A rainha fez jus ao apelido que ficou conhecido nos livros de história, “Maria Sanguinária”. Sob sua égide, a Reforma Protestante foi suprimida com muita violência. Bruce Shelley comenta: “Maria tentou conduzir a Inglaterra de volta aos caminhos de Roma. Em apenas quatro anos, ela superou o pai em intolerância. Mandou cerca de 300 protestantes para a fogueira, incluindo o arcebispo Cranmer” (2012, p. 301). Contudo, o intento de Maria Tudor na tentativa de retornar a Inglaterra ao catolicismo, por via da intolerância e supressão sanguinária, não foi bem sucedido.

Shelley observa que “já havia na Inglaterra praticamente uma geração inteira que não sofrera a interferência de Roma”. Além disso, “a nação interpretou sua

¹³ Segundo Mcgrath, “Cranmer também foi responsável por uma série de desenvolvimentos adicionais destinados a consolidar o protestantismo na Inglaterra. Cranmer convidou os principais teólogos protestantes existentes na Europa continental para que se estabelecessem na Inglaterra proporcionando uma nova direção e fundação teológica para a Reforma inglesa”. (MACGRATH, 2011, p. 118).

devoção e seu casamento com Filipe da Espanha como uma traição a seu povo”. Maria Tudor “morreu como uma rainha decepcionada” (2012, p. 301).

Em 17 de novembro de 1558, o reinado de Maria Tudor chegou ao fim com a sua morte. Por conseguinte, “a base do poder real e eclesiástico do programa de nova catolicização está em ruínas. Agora, tudo dependia das crenças religiosas da filha restante de Henrique VIII, a única sucessora óbvia de Maria” (MCGRATH, 2011, p. 121).

2.4.4 Elizabeth e a tentativa de pacificação religiosa

Com Elizabeth no poder, os protestantes voltaram a sonhar com uma possível reforma genuína. O renomado erudito historiador Christopher Dawson, em seu clássico *A Divisão da Cristandade*, diz “que era dado como certo que a mudança de governo seria seguida por uma mudança de religião, e Elizabeth, a filha de Ana Bolena, estava comprometida, desde o nascimento, com a causa protestante” (2014, p.151). Contudo, “a Igreja da Inglaterra seria reformada em sua teologia, mas permaneceria católica em suas instituições, em especial em seu episcopado” (MCGRATH 2011, p.121). Diante do cenário conturbado que lhe foi imposto, Elizabeth assumiu um papel de moderadora dos ânimos exaltados dos seus súditos. “Reconhecendo a necessidade de assegurar a estabilidade religiosa na Inglaterra, começou uma determinação religiosa que traria, pelo menos, algum grau de união a uma nação profundamente dividida” (MCGRATH, 2011, p.121). Na análise de Justo González:

Elizabeth não era protestante extremista. Seu ideal era uma igreja cujas práticas religiosas fossem uniformes, de modo que o reino ficasse unido, e ao mesmo tempo fosse permitido razoável liberdade de opiniões. Nessa igreja, não haveria espaço para extremismo nem do catolicismo romano nem do protestantismo. Qualquer outra forma de protestantismo seria aceitável, sempre que se ajustasse ao culto comum da Igreja Anglicana. (GONZÁLEZ, 2020, p.79).

Concordando com Justo González, McGrath diz que “Elizabeth queria criar uma forma de protestantismo adaptada às realidades da situação inglesa que representaria um meio termo entre os extremos religiosos de sua época” (2011, p. 123). A postura pacificadora de Elizabeth foi necessária para que a Inglaterra não

enveredasse pelo caminho de uma guerra civil. Algo que aconteceria mais tarde por meio da ascensão dos puritanos que sempre desejaram uma reforma protestante mais contundente.

2.4.5 A Autoridade do Rei contestada pelos Puritanos¹⁴

No ano de 1603, a monarquia sob a égide da rainha Elizabeth chegava ao fim. Sem um herdeiro direto ao trono, Elizabeth preparou James da Escócia para lhe suceder no trono inglês. Dessa forma, “tornou-se James VI da Inglaterra, unindo pela primeira vez os dois reinos” (SHELLY, 2011, p. 328). Contudo, um rei estrangeiro não teria muita popularidade entre os seus súditos ingleses. James se mostraria um rei sem muito traquejo político e disposição para dar sequência às reformas necessárias.

O renomado historiador Christopher Hill (2012, p.7), em *O Século das Revoluções*, observa uma tendência comum na mentalidade dos monarcas daquela época. Os reis se consideravam representantes de Deus na terra: “Jaime I apregoava que os reis governavam por direito divino, e muitos autores políticos insistiam na ideia de que as propriedades dos súditos estavam à disposição do rei”. Ao se apresentar como rei revestido de autoridade divina, Jaime usava de argumento de autoridade para impor sobre o Parlamento um governo absolutista que não aceitaria oposição. “Em alguns discursos para o Parlamento feitos em 1609, Jaime deixou claro que considerava estar acima da lei e que este era seu instrumento para governar em nome de Deus” (MACGRATH, 2012, p.135).

Jaime fracassou na tentativa de unificação dos dois reinos. Algo que tornaria o reinado do seu sucessor ainda mais difícil. Carlos I, filho de Jaime, sucederia seu pai no trono da Inglaterra. Depois de algumas tentativas de reforma genuína na Inglaterra, os puritanos ganharam projeção no cenário um tanto conturbado daquele país. Exercendo influência religiosa e política, os puritanos viram na atual conjuntura uma oportunidade de se opor com mais contundência à autoridade do rei. Justo L.

¹⁴ Leland Ryken descreve, em Santos do Mundo: “O puritanismo foi parte do movimento da Reforma Protestante na Inglaterra. Nenhuma data ou evento específico marcam seu início. Assumiu a forma de um movimento organizado nos anos de 1560 sob o reinado da Rainha Elizabeth, mas quando identificamos as características daquele movimento vemos que suas raízes remontam à primeira metade do século. O movimento puritano foi um movimento visionário motivado por nada menos do que uma visão de uma sociedade reformada” (2013, p. 45).

González comenta:

Por essas e outras causas, durante todo o reinado de Jaime e de seu filho sucessor, Carlos I, foi aumentando a oposição à coroa por parte daqueles protestantes. Esses protestantes radicais não estavam organizados em um só grupo, o que torna difícil, portanto, descrevê-lo com exatidão. O nome que lhes deu foi o de “puritanos”, porque insistiam na necessidade de regressar à pura religião bíblica. (GONZÁLEZ, 2020, p. 278).

Imitando o seu pai, Carlos I demonstrou falta de habilidade ao lidar com o Parlamento inglês. “O novo rei era tão partidário da monarquia absoluta como seu pai o fora; assim, Carlos logo se chocou com o Parlamento. Carlos herdou de seu pai os conflitos com o Parlamento em matéria religiosa”(GONZÁLEZ,2020, p.282). A animosidade entre o rei e o Parlamento foi o principal fator que contribuiu para a Inglaterra caminhar em direção à guerra civil. O que estava em jogo não era simplesmente o conflito entre os dois poderes, mas qual rumo a Inglaterra tomaria quanto a sua profissão de fé.

A aproximação do rei Carlos aos antigos aliados católicos era uma péssima sinalização por parte da coroa. O rei se casou com a irmã de Luís XII, da França. “Para tornar as coisas ainda piores aos olhos dos puritanos, sua esposa, Henriqueta Maria, era uma princesa católica romana francesa” (SHELLEY, 2011, p. 331). Seu casamento com a princesa católica foi viabilizado por meio de muitas concessões feitas aos católicos. “Muitos dos puritanos viam em tais concessões o regresso da idolatria ao país e queixavam-se de que agora a apostasia tinha apoio no palácio. Logo houve quem comparasse a rainha com Jezabel” (GONZÁLEZ, 2020, p. 281).

Carlos também se indispôs com o Parlamento ao sair em defesa de Richard Montague, um conhecido adversário dos puritanos. Devido suas fortes críticas aos puritanos, Montague foi condenado pelo Parlamento ao pagamento de multa e cumprimento de prisão. Entretanto, “o rei Carlos I, oportunamente, livrou-o de sua condenação, nomeando-o seu capelão” (GONZÁLEZ, 2020, p.282). O rei iria mais longe em sua afronta ao Parlamento, “para fortalecer sua vontade frente aos puritanos, Carlos encontrou um servo diligente no arcebispo William Laud, que acreditava que Deus ordenava os bispos para governar a igreja” (SHELLEY, 2011, p.331).

Bruce Shelley pontua as últimas ações do rei que levaram a Inglaterra à guerra civil. Segundo o historiador:

“A gota d'água foi a tentativa de Carlos de imprimir a marca da religião anglicana no presbitério escocês. Os escoceses, para defender sua igreja, ousaram pegar em armas contra o rei. Para colocar um exército em campo, Carlos era obrigado a convocar o Parlamento que ele, como seu pai, havia tentado ignorar por mais de uma década. Quando o Parlamento se reuniu, conflitos quanto à lealdade deram origem ao “Partido Monarquista” e ao “Partido Parlamentar”. Os parlamentaristas, claramente a maioria, concordavam quanto aos princípios puritanos, mas se dividiram quanto à forma da igreja. De um lado, ficavam os presbiterianos; de outro, os independentes (ou congregacionalistas). Unidos em seu rancor contra o arcebispo Laud, os parlamentaristas conseguiram levá-lo a julgamento e vê-lo decapitado. (SHELLEY, 2011, p. 331)

2.4.6 O início da guerra civil e a morte do rei Carlos

Com o Parlamento polarizado, o rei Carlos acirrou os ânimos quando tentou punir os parlamentares opositores. Assim, em agosto de 1642, a guerra civil teve início e marcaria profundamente a memória do povo inglês. Anglicanos contra puritanos, ambos lutariam até a morte por imposição das suas crenças e preservação das suas respectivas igrejas na Inglaterra.

Alister Mcgrath retrata muito bem o que estava em jogo nesse conflito entre os ingleses: “A guerra civil inglesa, independente do que possa ter sido, foi, em essência, uma batalha pela alma do protestantismo inglês. Os dois lados consideram que personificavam os verdadeiros ideais do protestantismo”. Entretanto, somente um dos lados sairia vencedor na guerra. Dessa forma, “a derrota de Carlos removeu a peça-chave da agora tradicional doutrina anglicana de uma igreja protestante episcopal nacional com o monarca como seu chefe” (2012, p.140).

O Carlos I não perderia apenas uma guerra, o rei seria acusado e condenado pelos parlamentares que entendiam que o monarca teria perdido completamente a sua legitimidade como rei. Assim, os puritanos insurgiram contra o monarca fazendo graves acusações. “Em 1 de Janeiro de 1642, Carlos I foi acusado pelo Parlamento de ser tirano e assassino. O uso dessas palavras na acusação assegurou que estava estabelecido o fundamento legal e teológico para a sentença de morte”

(MCGRATH,2012, p.142).

Os puritanos marcariam a história da Inglaterra por condenar à pena capital um rei que se intitulava como ungido de Deus. “Em janeiro de 1649, Carlos foi levado ao patíbulo em frente ao palácio real de Whitehall em Londres, e, perante uma grande multidão, executado” (SHELLEY,2011,p.332). Com o regicídio consumado, os puritanos se viram livres para implantar a reforma protestante tão desejada e esperada. “Assim, foi proclamada a república e abolida a monarquia” (MCGRATH, 2012, p.143).

Contudo, era necessário justificar a execução do rei perante a opinião pública. A Inglaterra era tradicionalmente uma monarquia, por isso, os puritanos se apressaram em fundamentar o regicídio com argumentos teológicos. O teólogo puritano Samuel Rutherford¹⁵ (2023, p.671), em seu clássico *Lex Rex: A Lei e o Príncipe*, defendeu a legitimidade da resistência ao rei. Segundo Rutherford, quando o monarca assume a postura de um tirano, ele “pode ser resistido por qualquer homem privado. Porque podemos repelir violência com violência; assim, ele pode ser morto.” Para o teólogo, o poder tirânico é aquele que se opõe à lei de Deus, “para destruição da religião e dos súditos”. Ao enveredar pelo caminho da tirania, tal poder “não amarra homem algum à sujeição; a perversidade por nenhuma razão imaginável.”

Tal qual um filho pode resistir à loucura do pai, o súdito poderá resistir ao rei tirano. Conforme Rutherford, “se o pai ficar enlouquecido e quiser matar os seus filhos, seus filhos podem violentamente prendê-lo, amarrar suas mãos e remover dele suas armas, pois nisso ele não é um pai” (2023, p.671).

John Milton (2005, p.58) foi outro escritor de peso a defender a insurreição contra a monarquia inglesa. Considerado um dos maiores poetas da sua época, Milton usou toda a sua erudição e capacidade intelectual para sair em defesa da execução do rei Carlos e da implantação da República criada pelos puritanos. Milton, seguindo

¹⁵ Samuel Rutherford era considerado um dos grandes eruditos entre o grupo de puritanos que compôs a Assembleia de Westminster. Rutherford exerceu muita influência na Assembleia. Ali, “ele pregou perante o Longo Parlamento, participou ativamente nos debates da Assembleia sobre teologia e política da Igreja, e publicou [...] *Lex, Rex*. Rutherford negou que uma soberania ilimitada pertencesse ao rei, e defendeu que a Coroa é concedida pelo consentimento voluntário do povo, que está livre para resistir a um tirano” (RUTHERFORD, 2023, p. 28)

a mesma linha de argumentação de Rutherford, diz que “quando os reis ou os governantes se tornam blasfemadores de Deus, opressores e assassinos de seus súditos, não mais devem ser considerados reis ou magistrados legítimos”. Ao perderem a sua autoridade real, os monarcas serão julgados como “indivíduos privados a ser interrogados, acusados e punidos pela lei de Deus; e ser sentenciado e punido por essa lei não é ato do homem, mas de Deus”. Usando exemplos bíblicos para endossar seu argumento, Milton assevera:

Jeú matou um rei obedecendo às ordens do profeta. Ele até mesmo assistiu ao assassinato de Acazias, seu rei legítimo. Se Deus não quisesse que um cidadão matasse o tirano, se isso fosse ímpio, um mau precedente, porque ordenaria que se fizesse isso? Se ordenou isso, certamente foi um ato lícito, louvável e glorioso. E, no entanto, o assassinio do tirano não era bom e justo porque Deus assim o ordenou, mas, ao contrário, Deus o ordenou porque era bom e justo (MILTON 2005, p. 381).

Milton usou a sua habilidade como escritor de forma implacável contra o rei Carlos. Em seus ensaios sobre política, o autor comparou o monarca inglês com o tirano romano, Nero. “Nero matou a própria mãe com uma espada. Carlos fez o mesmo com o seu pai, que também era rei, usando veneno. Nero matou milhares de cristãos; Carlos matou muito mais” (2005, p.233).

Para os puritanos, nenhuma autoridade humana é irrestrita. Por isso, em alguns casos as autoridades podem ser contestadas e resistidas por aqueles que estão em posição de inferioridade. Como declarou “Pedro e os demais apóstolos afirmaram: Antes, importa obedecer a Deus do que aos homens” (At 5.29). Dessa forma, nem toda desobediência a autoridade constituída se configura em rebeldia e quebra do mandamento de Deus. Vejamos o exemplo das parteiras de Faraó:

O rei do Egito ordenou às parteiras hebreias, das quais uma se chamava Sifrá, e outra, Puá, dizendo: Quando servirdes de parteira às hebreias, examinai: se for filho, matai-o; mas, se for filha, que viva. As parteiras, porém, temeram a Deus e não fizeram como lhes ordenara o rei do Egito; antes, deixaram viver os meninos [grifo meu]. (Êx. 1.15-17).

Sifrá e Puá, de maneira alguma quebrando a lei de Deus ao desobedecer às

ordens do tirano. Nesse exemplo, excepcional, para obedecer a Deus era necessário desonrar a autoridade constituída do Egito.

2.4.7 A Assembleia de Westminster

A história nos mostra que foi em um contexto extremamente conturbado que a Assembleia de Westminster foi instaurada. William Beveridge, no seu livro *Uma Breve História da Assembleia de Westminster*, nos apresenta um recorte histórico:

O Parlamento, amplamente presbiteriano, destituiu o sistema episcopado da Igreja da Inglaterra, convocou os melhores teólogos puritanos para redefinir a religião que unificaria a Inglaterra, Escócia e Irlanda. Assim, a Assembleia de Westminster surge no contexto do conflito civil da Inglaterra. A Assembleia de Westminster se reuniu, de 1643 a 1649, produzindo vários documentos para a unidade e reforma dos reinos da Inglaterra. Dentre os mais importantes estão o Diretório do Governo Eclesiástico, o Diretório de Culto Público e o Diretório do Culto Familiar, a Confissão de Fé, o Catecismo Maior e o Breve Catecismo. Este foi o período áureo do movimento puritano do Reino Unido. O puritanismo, em seu estágio áureo, tem sua essência objetivamente registrada nos documentos produzidos pela Assembléia de Westminster (BEVERIDGE, 2023, p.191).

Segundo Shelley, “esses textos, por si só, fizeram da assembleia um dos mais significativos encontros da história cristã” (2011, p. 332). Não por acaso, os textos que os teólogos de Westminster produziram refletem o caráter do movimento que eles representavam. Nas palavras de Beveridge (2023, p.191), “os escritores dos documentos da Assembleia de Westminster eram homens experimentados. Eles possuíam excelente formação acadêmica, eram comprovadamente piedosos”. Esses senhores deixaram para a igreja reformada um legado doutrinário de valor inestimável, pois “os padrões de Westminster contêm o melhor da piedade puritana. A mais madura produção da teologia calvinista e a mais refinada forma da confessionalidade reformada. Eles nos legaram um firme fundamento confessional.”

2.4.8 A Inglaterra sob o Regime Puritano

Finalmente os puritanos chegaram ao poder na Inglaterra. A expectativa de um novo regime criava esperança de que o protestantismo reformado seria instalado definitivamente em solo inglês. Como acontece com toda mudança de regime, a alternância de poder remove algumas peças para que outras sejam projetadas. Na

Inglaterra não foi diferente, com a queda do rei Carlos I, outros atores políticos e religiosos ganharam destaque no cenário repaginado pela guerra civil.

Dessa forma, os puritanos também teriam um líder que assumiria o poder, talvez alguém tão controverso quanto os seus antecessores. Como observou Shelley, “a guerra revelou um dos expoentes da história cristã, um fidalgo do campo chamado Oliver Cromwell (1599-1658). Como coronel das forças do Parlamento, provou ser um gênio Militar. Seu regime, conhecido como oposição de ferro” (2011, p.332). Cromwell também teria muitas dificuldades em lidar com o Parlamento polarizado por facções rivais. Assim, sem conseguir pacificar o país, o governo de Cromwell não seria longo e um possível retorno à monarquia assombrava o novo regime.

Os puritanos não se livraram facilmente do rei Carlos. A execução do rei não demonstraria uma vitória definitiva dos puritanos. Pelo contrário, a decapitação do rei em praça pública, segundo Shelley (2011, p. 334), seria o “último sinal da queda do puritanismo do poder, pois deu aos monarquistas seu mártir. Logo após a execução do rei, apareceu uma pintura mostrando suas últimas horas”. Na imagem, “Carlos aparecia de joelhos próximo a uma mesa, sobre a qual havia uma Bíblia.” Os monarquistas souberam usar a morte do rei como uma boa propaganda contra o regime dos puritanos. A pintura carregada de um forte apelo “sentimental desmascarava o puritanismo como nenhum campo de batalha foi capaz de fazê-lo”. A intenção era “transformar Carlos, de rei executado por rebeldes, um mártir perseguido por fanáticos.”

Cromwell, sem muita habilidade política e muita disposição beligerante, se revelaria um líder autoritário e radical disposto a governar com mãos de ferro. Portanto, “em 1653, o exército, ainda suspeitando do Parlamento, instaurou uma forma de governo chamado Protetorado. Cromwell assumiu o cargo de lorde protetor, virtualmente um ditador militar” (SHELLEY, 2011, p.334). McGrath diz que “a comunidade puritana morreu graças à exaustão, à rivalidade interna, à desilusão e à falta de visão. Os puritanos tinham perdido toda simpatia popular por causa de sua rigidez religiosa” (2012, p.144).

O regime puritano chegaria ao fim de forma melancólica. No ano de 1658, “quando Cromwell morreu, o governo dos santos na velha Inglaterra morreria com ele.

No prazo de dois anos, o país dava as boas vindas à monarquia, ao rei e ao cargo de bispo” (SHELLEY, 2011, p.334). Embora Cromwell foi alçado ao poder como um líder representante dos puritanos, muitas das suas ações em nada refletia o anseio dos protestantes que realmente sonhavam com uma nação genuinamente cristã. “Não há motivos para supor que Cromwell possuísse quaisquer convicções religiosas firmes, ou, certamente, alguma convicção religiosa própria. Favorecia os protestantes, uma vez que eram aliados úteis ou instrumentos em sua obra”(DAWSON, 2014, p.144).

Lemos na Bíblia que “não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas” (Rm 13.1). Portanto, toda insurreição, sem causa legítima, contra as autoridades constituídas se configura em rebelião contra Deus. Aprouve ao Senhor criar uma estrutura relacional composta por autoridades legitimadas por Ele. Conforme Greg Johnson (2005, p. 75), o Senhor “nos colocou numa rede ampla de relacionamentos com autoridades. Casamento e família, governo, cultura, trabalho, ciência e educação. Cada uma dessas esferas envolve relacionamentos com autoridades de diferentes tipos.”

Nada ameaça mais essa estrutura do que o antinomismo presente em nosso tempo. A relativização do conceito de autoridade e a aversão à ideia de hierarquia, mina e destrói os relacionamentos humanos afetando todas as esferas da sociedade. Logo, “o fiel exercício da autoridade é regulado pela amorosa instrução de Deus, sua lei. Da mesma forma que a lei de Deus estrutura nosso relacionamento com ele em Cristo. A lei de Deus é o fundamento para a vida ordenada no planeta terra” (JOHNSON, 2005, p. 75)

3. UMA ANÁLISE BÍBLICA E TEOLÓGICA SOBRE O QUINTO MANDAMENTO

Já vimos que a lei de Deus foi revelada no decálogo e em toda Escritura Sagrada. Assim, “tudo na Escritura tem força de lei. O que ela ensina, devemos crer, o que ela ordena, devemos fazer” (FRAME, 2010, p. 184b). Quando pensamos sobre o quinto mandamento não é diferente. O dever de honrar pai e mãe é um mandamento que perpassa todo cânon bíblico. À vista disso, este capítulo abordará o aludido mandamento analisando-o por meio de uma abordagem bíblica e teológica.

Deus estruturou os dez mandamentos priorizando o relacionamento vertical. Ou seja, os quatro primeiros mandamentos preceituam sobre os nossos deveres para com Deus. Os outros seis mandamentos versam sobre orientações que vão estruturar o relacionamento horizontal, de homem para homem. Dessa forma, a segunda tábua da lei diz respeito aos nossos deveres com o próximo. Segundo Isaltino Gomes Coelho Filho (1997, p. 77), “a ordem está correta. É o nosso relacionamento com Deus que vai determinar como serão nossos relacionamentos com as demais pessoas. Bom relacionamento vertical, maior possibilidade de bom relacionamento horizontal”. Porém, o oposto também é verdadeiro, “mau relacionamento vertical, maior possibilidade de mau relacionamento horizontal”.

Portanto, encabeçando os mandamentos da segunda tábua, Deus nos revelou o quinto mandamento. Assim, aprender a amar e honrar os pais é a base civilizacional de toda sociedade. Nas palavras de Isaltino (1997, p. 77): “iniciando as responsabilidades do relacionamento horizontal, a segunda parte do Decálogo trata dos deveres para com os pais”. Dessa forma, o quinto mandamento visa restaurar toda sociedade a partir de um lar orientado pela lei perfeita de Deus. Porque um “bom relacionamento começa em casa, e começa, na ordem da educação, na forma como tratamos nossos pais. Primeiro a lei se ocupa dos deveres do povo da aliança com o Pai. Agora, os deveres do povo da aliança para com os pais.”

3.1 O Quinto Mandamento no Antigo Testamento

No Antigo Testamento, encontramos o quinto mandamento exposto claramente no Decálogo. Em Êxodo 20.12: “Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o Senhor, teu Deus, te dá.” Em outras passagens, Deus destaca

a importância do quinto mandamento como fundamento para a construção de uma sociedade estável. Israel seria organizado como nação tendo o princípio de hierarquia estabelecido a partir do supracitado mandamento. Moisés reforça as ordenanças em Deuteronômio 5.16: “Honra a teu pai e a tua mãe, como o SENHOR, teu Deus, te ordenou, para que se prolonguem os teus dias e para que te vá bem na terra”.

O quinto mandamento é o alicerce imprescindível para toda relação doméstica e comunitária. Os teólogos observam que este mandamento traz implicações positivas no âmbito familiar e social. Para Alan Cole (1980, p.152), honrar pai e mãe era “parte da atitude geral para com a velhice em Israel (como símbolo e, idealmente, personificação da sabedoria prática da vida), elogiada em todo o Velho Testamento.” Deus pretendia, por meio da sua lei, estruturar os lares dos hebreus com vistas à criação de uma nação forte e organizada por meio das famílias regidas pelo quinto mandamento.

Comentando o texto de Deuteronômio 5.16, o teólogo J.A. Thompson (1982, p. 113) argumenta que “o quinto mandamento começa a declaração das obrigações que o israelita tinha para com seus semelhantes, isto é, suas obrigações para com a sociedade.” Ou seja, o referido mandamento vai além da relação doméstica. Pois as obrigações desta lei dizem “respeito ao comportamento do indivíduo dentro da unidade básica da sociedade, a família” (THOMPSON, 1982, p. 113).

O Antigo Testamento também expõe o supracitado mandamento quando Deus exige punição severa aos filhos que se rebelam contra seus pais:

Se alguém tiver um filho contumaz e rebelde, que não obedece à voz de seu pai e à de sua mãe e, ainda castigado, não lhes dá ouvidos, seu pai e sua mãe o pegarão, e o levarão aos anciãos da cidade, à sua porta, e lhes dirão: Este nosso filho é rebelde e contumaz, não dá ouvidos à nossa voz, é dissoluto e bebedor. Então, todos os homens da sua cidade o apedrejarão até que morra; assim, eliminarás o mal do meio de ti; todo o Israel ouvirá e temerá. (Dt.21-18-21).

Deus, ao expressar a sua ira contra os filhos rebeldes, honra a dignidade dos pais daqueles que quebraram o quinto mandamento. E mais, ao puni-los, Deus faz justiça ao seu próprio nome tendo em vista que a autoridade dos pais procede dele. Segundo D.A Carson (2009, p.337), “a seriedade da acusação de desobediência

aos pais está no fato de que é quebra de uma ordem básica da aliança e de que a família é um meio essencial de cumprimento da aliança em Israel”. Filhos rebeldes desordenam o lar e a sociedade. Por isso, afirma o referido autor, “presumivelmente a desobediência em questão é de um tipo bem grave, o estilo de vida desregrado, indica ser simplesmente um sintoma de uma oposição firme aos caminhos de Deus, que os pais tentaram ensinar” (CARSON, 2009, p. 337).

Em Levítico 20.9, temos outra severa advertência da parte do Senhor Deus contra os filhos insubmissos: “Se um homem amaldiçoar a seu pai ou sua mãe, o seu sangue cairá sobre ele”. No capítulo 20 de Levítico, encontramos uma lista abrangente de proibições que dizem respeito às uniões e relações sexuais pervertidas (Lv 20.10-21). “Por que colocar o mandado sobre pais no topo dessa lista? Levítico 20 sugere que a falha em honrar apropriadamente os pais abre porta para a violação de outros relacionamentos, usando os outros, em vez de respeitá-los e honrá-los” (HAMILTON, 2017, p. 551).

Ainda em Levítico, outra passagem expõe o quinto mandamento com mais clareza: “Cada um respeitará a sua mãe e o seu pai e guardará os meus sábados. Eu o Senhor, vosso Deus. Não vos virareis para os ídolos, nem vos fareis deuses de fundição. Eu Sou, vosso Deus” (Lv 19.3-4). O texto de Levítico 19 expõe a transição da primeira tábua da lei para a segunda. No Comentário de D.A Carson (2009, p. 231), “esses versículos combinam o quinto, o quarto e o segundo mandamentos. O lugar central da família na vida social de Israel é indicada na prioridade dada ao respeito para com os pais”. Ou seja, no lar em que a lei do Senhor orienta toda a família, os filhos honram os pais, os pais guardam o dia do Senhor, e o grande Eu Sou é o Deus da família da antiga aliança.

3.1.2 Definição do conceito de honra

A palavra honra, no texto original, ler-se **כָּבֵד** (*kabad* ou *kabed*). Segundo Ryken (2014, p. 643), honra é “literalmente uma palavra de peso. A palavra *kabad* em hebraico, significa pesado ou de peso. É uma palavra que o Antigo Testamento usa para a *glória de Deus, por causa do peso de sua majestade divina*” [grifo meu]. O significado da palavra honra revela o tamanho da responsabilidade que recai sobre os

filhos em relação aos seus pais. O quinto mandamento também revela a intenção de Deus em honrar aqueles que foram revestidos de autoridade por ele. “Honrar seus pais significa, portanto, dar devido peso à sua posição. Significa dar-lhes o reconhecimento que eles merecem pela autoridade que Deus lhes deu. Honrar significa respeitar, estimar, valorizar e apreciar pais e mães como dádivas de Deus”. O teólogo Carson comenta sobre o conceito de honra presente no quinto mandamento:

O conceito de honra é geralmente associado a Deus ou a seus representantes, profetas e reis. Com toda probabilidade, os pais eram vistos como aqueles que representavam a Deus perante seus filhos, numa situação em que a unidade familiar era miniatura da nação. A seriedade desse mandamento se vê refletido no fato de que se determina pena de morte no caso do filho que intencionalmente, faltasse com o respeito com os pais (Êx 21.15,17). Se os pais, como pessoas de autoridade dentro do lar, são respeitados pelos filhos, então também se seguirá o respeito pelas pessoas de autoridade na sociedade em geral (CARSON, 2019, p.172).

Como vimos acima, o quinto mandamento dignifica os pais como representantes de Deus em face dos seus filhos, e exige dos filhos a prestar-lhes honra, pois eles foram revestidos de autoridade por Deus. Posto isto, é necessário uma definição sobre o conceito de pai e mãe para compreendermos a abrangência deste mandamento.

3.1.3 Definição do conceito de Pai e Mãe

Quando pensamos sobre o conceito de pai e mãe, no quinto mandamento, comumente restringimos o alcance da lei ao âmbito familiar. Não obstante, Catecismo Maior amplia o nosso horizonte conceitual ao definir o significado de pai e mãe:

P. 124. O que significam as palavras “pai” e “mãe” no quinto mandamento?

R. As palavras “pai” e “mãe”, no quinto mandamento, abrangem não somente os próprios pais, mas também todos os superiores em idade e dons, e especialmente todos aqueles que, por ordenação de Deus, estão colocados sobre nós em autoridade, quer na família, quer na igreja, quer no Estado.

A definição do Catecismo Maior endossa o argumento de que o quinto mandamento abrange obrigações que vão além do âmbito doméstico. O texto

confessional fala de “superiores em idade”, que são as pessoas mais velhas, cuja experiência de vida faz com que elas sejam referência para os mais jovens. “Superiores em dons”, são aqueles que foram dotados por Deus com inteligência ou habilidade peculiar, esses se tornam autoridade sobre os demais atuando em sua área de vocação.

Geerhardus Vos (2002, p. 396), comentando o texto do Catecismo Maior, diz que “o uso dos termos pai e mãe na Bíblia indica que o quinto mandamento tem uma amplitude maior, abrangendo as várias classes de pessoas mencionadas no Catecismo”. Desta forma, o texto confessional corrobora com o entendimento de que o respeito aos pais é a base de toda submissão às autoridades constituídas por Deus. Visto que o Catecismo Maior “ensina que toda posição de autoridade na sociedade humana, na igreja ou no Estado, é em algum aspecto como a posição de pais naturais na família e que envolve uma certa obrigação em razão dessa semelhança”(VOS, 2002, p. 396).

Não por acaso, o quinto mandamento é o primeiro mandamento acompanhado por uma promessa explícita. Vejamos, portanto, o significado desta promessa, na perspectiva do Antigo Testamento.

3.1.4 A Promessa no Quinto Mandamento no Antigo Testamento

Tanto no texto de Êxodo como no de Deuteronômio, a exposição do quinto mandamento é acompanhada por uma promessa. Segundo Ryken (2014, p.103), “esta promessa tinha um significado para os israelitas. Eles haviam acabado de ser tirados da terra da escravidão, e Deus prometera levá-los para uma terra nova e melhor”. O cumprimento do referido mandamento era “uma maneira de garantir que continuariam vivendo na terra era honrar os pais e mães na fé”. Entretanto, a “promessa não deve ser considerada como garantia automática de que os filhos que obedecem aos pais viverão até aos noventa anos”. Na verdade, vida longa sobre a terra diz respeito “à plenitude da bênção de Deus”.

Veremos no tópico seguinte, que o Novo Testamento também ressalta a importância do quinto mandamento em seus textos. Tendo o pano de fundo bíblico, teológico, histórico e cultural, veremos que o apóstolo Paulo se valeu da orientação

dada por Deus por meio dos escritos de Moisés.

3.2 O Quinto Mandamento no Novo Testamento

O aludido mandamento é exposto no Novo Testamento trazendo implicações direta para vida de todo aquele que professa a fé cristã. Analizaremos nesta abordagem uma clara harmonização entre os dois Testamentos, no que tange ao mandamento investigado. Em primeiro lugar, por meio de uma abordagem bíblica e teológica, analisaremos o texto de Paulo, em Efésios 6.1-4:

Filhos, obedecei a vossos pais no Senhor, pois isto é justo. Honra a teu pai e a tua mãe (que é o primeiro mandamento com promessa), para que te vá bem, e sejas de longa vida sobre a terra. E vós, pais, não provoqueis vossos filhos à ira, mas criai-os na disciplina e na admoestação do Senhor.

Paulo aborda o quinto mandamento aplicando-o aos filhos e aos pais. Nos versos 1- 3, a orientação é dirigida aos filhos. No verso 4, o apóstolo se dirige aos pais. “Na Palavra de Deus, os pais têm toda verdade e toda orientação necessária para a criação dos filhos na justiça e santidade. E o que uma criança precisa saber sobre como ela deve se relacionar e responder aos seus pais está lá também” (MACARTHUR, 2019, p. 639). Vejamos, portanto, à luz da Palavra, os deveres dos filhos e dos pais no relacionamento familiar.

3.2.1 Os Deveres dos Filho

No original, a palavra filho é a tradução do vocábulo *τέκνα* (*tekna*). Segundo John Macarthur (2019, p. 639), a palavra *tekna* “não se refere particularmente às crianças, mas a toda a prole”. Ou seja, todo filho, até mesmos aqueles que não estão mais debaixo da tutela dos seus pais, têm obrigação de observar o quinto mandamento, pois o “mandamento continua em vigor mesmo depois que os filhos tenham crescido e passado a viver por conta própria” (RYKEN, 2014, p. 110).

No texto paulino, observa-se que a palavra honra é substituída por obedecer (*ὕπακούετε*). Paulo é intencional ao usar a palavra obedecer, pois a submissão a autoridade dos pais é uma forma de honrá-los. Paulo, escrevendo aos colossenses, reforça a instrução: “Filhos, em tudo obedecei a vossos pais; pois fazê-lo é grato diante

do Senhor” (Cl 3.20).

Para John Macarthur (2019, p. 640), Paulo ao aplicar o quinto mandamento, estava mostrando que nele encontramos “o princípio fundamental por trás de todas as relações humanas na sociedade”. Como já foi dito, “uma pessoa que cresce com um senso de respeito e obediência aos seus pais terão a base para respeitar a autoridade de outros líderes e os direitos de outras pessoas em geral”. Sobre os deveres dos filhos para com os seus pais, João Calvino comenta:

A finalidade deste mandamento é: uma vez que ao Senhor Deus apraz a manutenção do que dispôs, importa que nos sejam invioláveis os graus de eminência por ele ordenado. A síntese, portanto, será: que usemos de deferência para com aqueles que o Senhor nos fez superiores e os tenhamos em honra, em obediência e em grato reconhecimento. Donde se segue a proibição: que não denigrem nada de sua dignidade, quer por desdém, quer por contumácia, ou por ingratidão (CALVINO, 2006, p.156).

Colaborando com os argumentos que já foram expostos sobre os deveres dos filhos, segundo o teólogo Leonard Van Horn (2018, p.121), o quinto mandamento versa sobre a relação entre inferiores e superiores. Assim, na lei de Deus “os deveres dos inferiores para com os superiores são: honrá-los, tanto no seu interior como exteriormente; ouvir suas instruções; obedecer às suas ordens; aceitar sua censura mansamente; amá-los; cuidar deles quando preciso”.

Embora o público do Novo Testamento era diferente do Antigo Testamento, na abordagem de Paulo também há endosso das promessas contidas na lei. Portanto, se faz necessário uma abordagem desta promessa na perspectiva do Novo Testamento.

3.2.2 As promessas do quinto mandamento no Novo Testamento

No Novo Testamento, o quinto mandamento, aplicado por Paulo, também prevê uma promessa de bênção na vida dos filhos obedientes. Pensando em uma aplicação da promessa do quinto mandamento na vida do cristão, no Breve Catecismo, em resposta à pergunta de número 66, o documento afirma que “a premissa anexa ao quinto mandamento é uma promessa de longa vida e prosperidade (desde que sirva para glória de Deus e para o bem do homem)”. Segundo Leonard

Van Horn (2018, p.125), vida longa “não é simplesmente uma questão de viver muitos anos sobre a terra, mas viver por uma razão – a glória de Deus. É vida verdadeira, viver com um propósito e uma bênção”.

A lei também fala a respeito dos deveres dos pais para com os seus filhos. Veremos que Paulo trata a respeito da responsabilidade daqueles que foram postos como autoridade sobre seus filhos.

3.2.3 Os deveres dos pais

O apóstolo Paulo também orienta os pais quanto à sua responsabilidade como os principais tutores dos seus filhos: “E vós, pais, não provoqueis vossos filhos à ira, mas criai-os na disciplina e na admoestação do Senhor” (Ef.6.1). Paulo chama a atenção dos pais também em Colossenses 3.21: “Pais, não irriteis os vossos filhos, para que não fiquem desanimados”. Em ambas as passagens a palavra usada pelo autor é o vocábulo grego *γονεῦσιν* (*gonousin*). “Embora a palavra no versículo seja, na realidade, pais, mesmo assim poderia ser usado como pais e mães” (STOTT, 2001, p. 185).

Segundo Macarthur (2019, p.640), analisando o contexto cultural em que Paulo estava inserido, o “pai era, de longe, a figura dominante nos domicílios daqueles dias”. Por isso, frequentemente eles provocavam ira no coração dos seus filhos. “Mas a mãe é, obviamente, capaz de fazer a mesma coisa, e ela não é mais justificada em fazê-lo do que é um pai”. Embora a mãe fosse capaz de cometer o mesmo desatino que o pai, tudo indica que Paulo estava exortando, principalmente, o homem, pois a figura masculina era proeminente naquele contexto. Provocar a ira “sugere um padrão contínuo de tratamento” hostil por parte do pai, gerando raiva e ressentimento no coração do filho. Ou seja, Paulo estava dizendo que os pais não deveriam ser pedra de tropeço na vida dos seus próprios filhos.

Macarthur diz que a orientação do apóstolo era contracultural, tendo em vista que na sociedade romana as crianças não eram tratadas com dignidade. O relato é assustador:

Pela lei romana, da patria potestas, um pai tinha poder de vida e morte não só sobre seus escravos, mas de toda a sua família. Ele poderia

lançar qualquer um deles para fora da casa, vendê-los como escravos, ou até mesmo matá-los sem prestar contas a ninguém. Lactantes descartados, que eram saudáveis e vigorosos, eram coletados e levados a cada noite para o fórum da cidade, onde seriam apanhados e criados para ser escravos ou prostitutas (MACARTHUR, 2019, p. 640).

Portanto, o que encontramos no texto de Paulo é uma amostra de como a lei de Deus tem poder de trazer dignidade para aqueles que são tratados sem dignidade pelos padrões do mundo. Paulo estava dizendo aos pais que as normas do Reino de Deus eram completamente diferentes dos padrões de Roma. Pois enquanto a lei romana permitia que os pais exercessem sua autoridade despótica sobre seus filhos, a lei de Deus protegia as crianças da tirania autoritária dos pais sem piedade. Paulo exorta os pais mostrando que as crianças, “como tais, devem ser respeitadas e, de modo algum, exploradas, manipuladas ou esmagadas” (STOTT, 2001, p.187). Assim, tratar os filhos com dignidade, segundo o padrão da lei de Deus, era um grande desafio para um pai cristão, na cultura romana.

Além de poupar o coração dos seus filhos da ira, Paulo diz que os pais deveriam criá-los “na disciplina e na admoestação do Senhor.” A palavra disciplina, no texto grego, é a palavra παιδεία (*paideia*). *Paideia* significa “treinamento por disciplina, até mesmo com castigo” (STOTT, 2001, p.187). O apóstolo recomenda o uso da correção física para tratar a estultícia no coração do filho danado.

A disciplina é acompanhada pela admoestação (νουθεσία - *nouthesia*). *Nouthesia* é “literalmente colocar em mente e inclui também a conotação de correção” (MACARTHUR, 2019, p. 640). Paulo mostra que os pais têm uma responsabilidade imperiosa no cuidado dos seus filhos. “É a tarefa que Deus lhes deu; ninguém pode substituí-lo de modo adequado ou completo. Os pais devem dedicar tempo e cuidados aos seus filhos. Deixar de fazê-lo causa muitos problemas mais tarde” (STOTT, 2019, p. 187).

Dessa forma, entendemos que o quinto mandamento revela o preceito moral de Deus que deve orientar pais e filhos. E como todo aspecto moral da lei aponta para Cristo, o único que cumpriu toda exigência da lei, olhemos para o Senhor Jesus como nosso modelo de filho perfeito que honrou seus pais.

3.3 Jesus, o Modelo de Filho Perfeito

Nós vimos no capítulo dois que Adão e Eva foram os primeiros filhos a quebrarem o quinto mandamento. A queda de Adão representa a queda de todos nós. Escrevendo aos romanos, Paulo diz que “por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado, a morte, assim também a morte passou a todos os homens porque todos pecaram” (Rm 5.12). O texto paulino dá margem para os teólogos desenvolverem a doutrina federal ou pactual. Na interpretação do teólogo Franklin Ferreira, “há dois homens — Adão e Jesus Cristo — e todos os outros homens estão pendurados nos cinturões deles” (2017, p. 80). Dessa forma, em Adão, Deus fez um pacto com toda a humanidade. Por isso, a rebeldia do primeiro filho é refletida em toda a sua posteridade.

Entretanto, Paulo também nos fala da obediência do segundo Adão, Cristo. Se “pela desobediência de um só homem, muitos se tornaram pecadores, assim também, por meio da obediência de um só, muitos se tornarão justos” (Rm 5.19). Segundo John Murray:

O mesmo princípio de solidariedade que se destaca em nosso relacionamento com Adão, pelo qual somos envolvidos no pecado dele, também opera em nosso relacionamento com Cristo, significando a imputação a nós de sua obediência (MURRAY, 2019, p. 262).

Se Adão é o filho rebelde que compromete todos nós, nos afastando da comunhão com Deus, Cristo é o modelo de filho ideal que pela sua obediência nos reconcilia com o Pai. Portanto, olhemos para o Senhor Jesus como nosso referencial de filho perfeito, contrastando com a rebeldia de Adão.

3.3.1 Um Filho Submisso ao Pai

O relato bíblico nos diz que Jesus era como todos os homens, todavia sem transgressão. O Senhor foi “tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, mas sem pecado” (Hb 4.14,15). Jesus precisava ser como os demais homens, pois “para Cristo ser nosso Salvador ele não só teve de morrer por nossos pecados, como teve também de viver uma vida de obediência para que pudesse ser nossa justiça”

(SPROUL, 2004, p. 66). Os evangelhos nos mostram que Cristo, assim como Adão, foi tentado por Satanás. Depois de ter sido batizado por João, “logo o Espírito o impeliu para o deserto, onde permaneceu quarenta dias, sendo tentado por Satanás”(Mc 1.12-13).

Segundo R.C Sproul (2004, 67), “Jesus possuía o mesmo estado moral que Adão possuía antes da queda. Jesus tinha a capacidade de pecar e a capacidade de não pecar. Como o primeiro Adão, ele teve uma escolha”. Contudo, as condições em que Jesus foi tentado eram bem diferentes das condições do primeiro Adão. Sproul nos mostra o contraste entre as tentações dos dois filhos (Adão e Jesus):

O lugar da provação de Adão foi o Éden, um paraíso, um jardim verdejante, com belo ambiente e comida abundante. Adão foi testado com estômago cheio, Jesus foi testado em meio a um longo jejum. Adão tinha Eva. Devemos lembrar que a esposa foi criação especial de Deus para ser uma companheira perfeita. Adão e Eva foram sujeitos ao assalto do mal contra eles enquanto tinham um ao outro em quem encontrar apoio. Jesus enfrentou sozinho o tentador. Outro contraste entre o primeiro Adão e o Segundo Adão, foi a ausência e a presença do costume de pecar. Quando Adão e Eva foram testados, não havia o clima cultural de pecado. Não existia pecado nenhum. Era um ambiente de pureza original. Quando Jesus entrou em sua tentação, ele o fez em um mundo acostumado ao pecado. Era um ambiente que achava pouca ou nenhuma dificuldade em fazer concessões à fraqueza humana (SPROUL, 2004, 68).

Assim, a submissão de Jesus ao Pai foi testada ao extremo, e sua obediência ao Pai, no deserto, apontava para a cruz. Paulo diz que o Senhor “a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até a morte e morte de cruz” (Fl 2.8). Jesus preferiu morrer a fazer a sua própria vontade. Nas palavras de William Hendriksen:

Por sua obediência ao Pai, bem como à direção do Espírito Santo, ao ser tentado por Satanás, Jesus, como o Último Adão, cumpriu a lei que o primeiro Adão transgrediu. Por meio dessa obediência ele estava indicando claramente que havia tomado sobre si e estava levando o pecado do mundo. Portanto, ele estava preparado para começar seu ministério de ensino, pregação, cura, expulsão de demônios, e para qualquer outra consideração, sofrimentos e morte por todas aquelas ovelhas perdidas que pusessem sua confiança nele (HENDRIKSEN, 2014, p. 298).

Sendo submisso ao Pai, Cristo cumpriu à risca toda a lei. Quanto ao quinto mandamento, o testemunho do Senhor Jesus nos mostra que ele foi submisso aos pais, às autoridades religiosas e políticas. Na prática, o Senhor honrou os seus pais. Em Lucas 2.51, lemos que Jesus “desceu com eles, e foi para Nazaré, e *era-lhes sujeito*” [grifo meu]. No calvário, no seu momento mais dramático, enquanto agonizava pendurado na cruz, Jesus demonstrou preocupação com a sua amada mãe, delegando os seus cuidados a um dos seus discípulos: “junto da cruz, vendo Jesus sua mãe e junto a ela o discípulo amado, disse: Mulher, eis aí teu filho. Depois disse, ao discípulo: Eis aí tua mãe. Dessa hora em diante, o discípulo a tomou para a casa” (Jo 19.26-27).

Os evangelhos também revelam Jesus se submetendo à autoridade religiosa de João Batista. O Messias tão aguardado não iniciaria o seu ministério público, antes de se submeter ao batismo de João, o seu precursor (Mt.4.13-17; Mc 1.9-11; Lc 3.21-22 e Jo 1.32-34). Quanto à submissão às autoridades representantes do Estado, no seu julgamento, Cristo foi submisso à autoridade de Pilatos, embora tenha o confrontado dizendo: “nenhuma autoridade terias sobre mim, se de cima não te fosse dada” (Jo 19.11).

O Senhor defendeu o quinto mandamento quando expôs a hipocrisia dos fariseus (Mt 15.4-5). “Em vez de tomar conta dos pais, os fariseus estavam guardando dinheiro para si mesmo e, em seguida, alegando que o tinha dedicado a Deus” (RYKEN, 2014, 111). Em sua análise da pessoa de Jesus como filho, Ryken destaca:

Da manjedoura à cruz, Jesus foi o filho obediente que honrou os pais terrenos e o Pai celestial. No que tange à autoridade de seus pais, Ele é mais do que nosso exemplo. É o filho perfeito que Deus exige que sejamos. Todos que confiam em Jesus oferecem a perfeita obediência ao quinto mandamento, porque quando Jesus obedeceu aos pais, estava guardando a Lei de Deus em nosso benefício. Deus não nos aceita com base no que fizemos, mas com base no que Jesus fez. E uma das coisas que Jesus fez foi guardar o quinto mandamento. Portanto, em vez de olhar para o que fizemos, ou seja, todas as vezes que desonramos e desobedecemos aos nossos pais, Deus olha para que Jesus fez quando obedeceu aos seus pais perfeitamente. É quase como se Jesus limpasse nosso quarto para nós e, depois, fizesse todas as demais coisas que um filho deve fazer. Uma das razões de Jesus ser o perfeito Salvador é que Ele foi o filho perfeito. (RYKEN, 2014, p. 112).

Portanto, encontramos no segundo Adão a obediência perfeita que Deus requer de todos nós, para que guardemos o quinto mandamento. Se no Éden, na queda do filho rebelde, veio sobre todos nós a maldição da Lei, no calvário, pela obediência do Filho perfeito, Deus nos livra da maldição da Lei, nos abençoando pelos méritos de Cristo. Assim, o evangelho nos revela a graça de Deus que transmite esperança para as famílias que estão em Cristo.

Assim, veremos no próximo tópico, alguns conselhos pastorais que trazem aplicações práticas para pais e filhos. Na sequência, analisaremos como as promessas do quinto mandamento alcançam as nossas famílias.

3.4 Conselhos Pastorais aos Pais e Filhos

Vimos acima que o quinto mandamento quando observado exerce uma influência civilizacional, estruturando a família, a igreja, o Estado, a sociedade e todos os relacionamentos horizontais. Por isso, não é exagero dizer que a “qualidade da igreja e do estado depende da qualidade família. Se a religião desaparece da família, não poderá resistir em outro lugar” (BAUCHAM, 2015, p. 20).

Se partimos do pressuposto de que a família faz parte criação de Deus, e que Deus é o autor da lei perfeita que deve reger nossas vidas, devemos nos valer da lei do Senhor para orientação da nossa família. Portanto, Deus como autor da família nos orienta por meio da sua Palavra. Gerard van Groningen, em *A Família da Aliança*, fala a respeito da origem da família mostrando que Deus a criou:

A família não aconteceu simplesmente, nem apenas se desenvolveu com o tempo dentro de um contexto social. A família foi planejada. Deus a planejou; Deus a fez existir a partir de sua palavra. Ele fez isso de forma germinal. Ele deu ordens específicas e concisas que alguém poderia considerar realmente pesadas, mas elas foram claras. O que ele decidiu fazer, ele trouxe à existência. Como ela deveria ser formada e qual era o seu propósito foi claramente estabelecido (GRONINGEN, 2009, p.31).

Assim, Deus é o criador da família, foi ele quem a “planejou e a fez existir a partir da sua Palavra”(GRONINGEN, 2009, p.31). O Senhor nos revelou a sua lei para que por meio dela possamos edificar lares que geram filhos que glorificam o teu nome por se submeterem aos seus padrões. Groningen também diz que “Deus é a origem

de toda unidade familiar”(2009, p.37). Portanto, a família não é fruto de uma construção social feita por mãos humanas, a família é criação de Deus. Sendo assim, o próprio Deus estabeleceu normas e preceitos para orientá-la e protegê-la.

Dito isto, vejamos algumas orientações bíblicas visando instruir pais e filhos, tendo em mente que o quinto mandamento atribui responsabilidades aos superiores e inferiores. Podemos considerar três deveres.

3.4.1 Primeiro dever: Discipular os filhos em casa

Em Deuteronômio 6.6-9, encontramos uma das principais passagens na Bíblia que fala a respeito da importância do discipulado na família. O texto é claro em dizer que tal função é da responsabilidade dos pais. Ou seja, a lei diz que os pais são os principais tutores dos filhos. Encontramos na orientação de Moisés, em primeiro lugar, um imperativo que obriga todos os pais a se dedicarem na prática do discipulado no lar.

Lou Priolo (2012, p.36), no seu livro *O Caminho para o filho andar*, diz que “ensinar a Bíblia aos filhos não é algo opcional”. Pois os pais receberam “a responsabilidade de ensinar as Escrituras aos seus filhos”. A orientação bíblica é categórica em exigir dos pais o dever de expor a Palavra de Deus para instrução dos filhos nos caminhos do Senhor. Tal responsabilidade não pode ser terceirizada sob nenhum pretexto. “Em última análise, não é responsabilidade do pastor, do líder de jovens ou do professor da Escola Bíblica Dominical inculcar a Bíblia ao seu filho. Isso é tarefa sua!” (PRIOLO, 2012, p. 36).

Corroborando com a afirmação de Lou Priolo, Voddie Baucham, em *Pastores da Família*, diz que “a expressão mais clara do projeto divino de ensinar sua lei de uma geração para a seguinte se acha no livro de Deuteronômio. Claramente, o Antigo Testamento apresenta um mandamento de ensinar a Lei de Deus no contexto do lar” (BAUCHAM, 2015, p. 25). Baucham em seu livro menciona Chales Spurgeon como um pastor que demonstrou preocupação quanto à importância do discipulado no lar:

Negligenciar a instrução da nossa descendência é pior que estupidez. A religião da família é necessária para a nação, para a própria família e para a igreja de Deus. Quem dera os pais despertassem um senso de importância dessa questão. É um dever agradável falar de Jesus para

nossos filhos e filhas, e mais ainda por isso tem se mostrado uma obra aprovada, pois Deus tem salvado os filhos por meio das orações e admoestações dos pais (BAUCHAM, 2015, p. 25).

Em segundo lugar, a orientação bíblica diz que o discipulado visa tratar o coração dos filhos. Moisés diz que as palavras ensinadas pelos pais “estarão no teu coração”(Dt.6.6). A Bíblia nos ensina que é do “coração que procedem maus desígnios” (Mt 15.19). Dessa forma, todas as nossas ações externas revelam o estado no nosso interior. “Repetidas vezes na Bíblia, o coração (o que uma pessoa é no seu íntimo. Assim sendo, quando Deus diz que Sua Palavra deve estar no coração, Ele quer dizer que sua vida toda deve ser controlada pela Palavra” (PRIOLO, 2012, 35). Portanto, o ensinamento da lei visa tratar o pecado no coração do filho.

No entendimento do autor Tedd Tripp (2017, p. 14), em *Pastoreando o Coração da Criança*, o principal objetivo do discipulado é atingir o coração da criança com a Palavra de Deus: “Você precisa direcionar não apenas o comportamento de seus filhos, mas as atitudes de seus corações. Portanto, o objetivo não pode ser simplesmente ver crianças bem-comportadas”. Desse modo, o discipulado visa transformar o coração dos pecadores mirins, e não simplesmente ajudá-los a serem educados. Os nossos “filhos devem também compreender por que pecam e como experimentar uma mudança interior”.

Por fim, a Palavra diz que os pais devem criar um ambiente doméstico marcado pela lei de Deus. “Tu as inculcarás a teus filhos, dela falarás assentados em tua casa, e andando pelo caminho, e ao deitar-te, e ao levantar-te” (Dt 6.7). Segundo Priolo (2017, p.37), citando Jay Adams, o verbo inculcar pode ser entendido de duas maneiras: “Esse verbo é utilizado quando se fala de uma espada sendo afiada, pois o processo de afiar a lâmina é batê-la contra a pedra e amolar repetidamente”. Em outro sentido, “a palavra foge um pouco da ideia de repetição como um aprendizado rotineiro, caminhando em direção de se aplicar a verdade àquelas situações relacionadas a ela”. Assim, a Palavra deve ser exposta diariamente para que as crianças aprendam “como as Escrituras estão relacionadas a todas as áreas da vida.”

3.4.2 Segundo dever: O uso da vara da disciplina

Vimos no primeiro dever que os pais devem tratar o coração dos filhos por meio do disciplinado instruindo-os com a Palavra. Agora, veremos como a vara da disciplina deve ser usada pelos pais para treinar os seus filhos no caminho da obediência em respeito à lei de Deus. Na Bíblia, encontramos respaldo para o uso da correção física: “O que retém a vara aborrece a seu filho, mas o que ama, cedo, o disciplina” (Pv 13.24). E acrescenta: “A vara da disciplina dão sabedoria, mas a criança entregue a si mesma vem a envergonhar a sua mãe”(Pv 29.15). A Palavra também ensina que o uso da vara cumpre um propósito redentivo: “Não retires da criança a disciplina, pois, se a fustigarás com a vara, não morrerá. Tu a fustigarás com a vara e livrarás a sua alma do inferno”(Pv 23.13-14).

Infelizmente a concepção secular tem feito muitos pais abandonarem o uso da vara da disciplina. “Pais mais jovens têm sido influenciados pelo pensamento secular e psicológico mais do que muitos de nós sabemos ou gostaríamos de admitir” (BAUCHAM, 2015, p. 184). Contudo, a Palavra nos recomenda o uso da correção física.

Tedd Tripp (2017, p.163) orienta os pais sobre como usar a vara da disciplina com sabedoria. Vejamos alguns dos seus conselhos. Primeiro, o uso da vara é um ato de fé. Por isso, o “pai obedece porque Deus lhe ordenou”. Logo, “o uso da vara é uma expressão profunda da confiança da sabedoria de Deus e na excelência de seu conselho”. Segundo, o uso da vara da disciplina é uma prerrogativa que compete somente aos pais. “A Bíblia não dá permissão a todos os adultos de se engajarem na punição corporal da criança. Este elemento de correção, refere-se a uma atividade dos pais”. Terceiro, a vara não pode ser usada para externalizar a ira e a frustração dos pais. “A vara é o uso cuidadoso, oportuno e controlado da punição física. A vara nunca é o externar a ira dos pais.”

Quando os filhos são mais velhos, a vara da disciplina é aplicada de outra forma. No caso de filhos adolescentes ou jovens adultos, a correção é baseada na restrição e amputação radical de tudo aquilo que tenha feito o filho pecar. Nas palavras de Priolo (2012, p. 99), os “pais têm autoridade para realizar a amputação radical sobre as coisas na vida de seu filho que precisam ser removidas. Caso ache necessário impor a remoção de certas pedras de tropeço” . O puritano Cotton Mather fala em

“restringir, controlar e corrigir” estabelecendo “barreiras de espinhos contra cada caminho pecaminoso em que seus filhos possam se envolver” (2023, p.61).

Tanto Priolo como Mather, estão dizendo que os pais devem manter o governo do lar, ainda que os seus filhos já sejam crescidos. Elyse Fitzpatrick e Jessica Thompson, em *Pais Fracos e Deus Forte*, também destacam a importância do governo dos pais: “O governo é simplesmente o seu esforço para controlar o comportamento exterior” (2015, p.132).

3.4.3 Terceiro dever: *Confiança na graça de Deus*

Nos deveres anteriores, foi ressaltado o quanto os pais devem se empenhar no discipulado e na correção dos filhos. Essas duas ações são necessárias porque são bíblicas, por isso entendemos que são imperativos de Deus sobre a responsabilidade dos pais. Entretanto, precisamos olhar para o Filho perfeito e encontrar Nele esperança para os nossos filhos. O evangelho nos ensina que Deus nos aceita pelos méritos de Jesus (Gl 3.10-12). Elyse Fitzpatrick e Jessica Thompson comentam:

A maioria de nós estamos dolorosamente conscientes de que não somos pais perfeitos. Também estamos profundamente entristecidos por não termos filhos perfeitos. Mas o remédio para nossas imperfeições mútuas não é mais lei, ainda que isso pareça produzir filhos mais arrumadinhos ou educados. Filhos cristãos (e seus pais) não precisam aprender a ser gentis. Eles precisam da morte e ressurreição, e de um Salvador que foi adiante deles como um sumo sacerdote fiel, o qual foi ele mesmo criança, e viveu e morreu perfeitamente em seu lugar. Eles precisam de um Salvador que estenda a oferta do perdão completo, retidão perfeita e adoção indissolúvel para todos os que creem. Essa é a mensagem da qual todos nós precisamos (FITZPATRICK, THOMPSON, 2015, p.12).

Para Elyse Fitzpatrick e Jessica Thompson (2015, p.12), pais e filhos necessitam da graça salvadora, da oferta de perdão que Deus concede aos pecadores que creem em Jesus Cristo. “Precisamos do evangelho da graça e da graça do evangelho.” Nossos filhos não serão alcançados por causa dos nossos méritos, aliás, sejamos sinceros, “à luz do nosso péssimo desempenho, deveria ser óbvio que a nossa salvação e a salvação de nossos filhos têm que vir de outra pessoa,” Cristo.

Segundo Tripp (2017, p.236), se anularmos a graça de Deus do nosso lar, estaremos fadados a transformar a nossa casa em um berçário de pequenos fariseus. Eles serão “convencidos e cheios de justiça própria; tornam-se fariseus modernos, cujo copo está lavado e limpo por fora, mas sujo por dentro”. Portanto, os pais devem fazer o que a Palavra ordena que eles façam, conquanto que a graça de Deus, que revela Cristo como único Salvador, seja a única esperança dos pais que por amarem seus filhos desejam que o evangelho alcance o seu coração.

Depois de pensarmos sobre os deveres dos pais, agora, veremos quais são os deveres dos filhos. No entendimento de Macarthur, nos nossos dias, um dos grandes problemas que afetam os filhos é o excesso de direitos e falta de responsabilidade: “O mundo de hoje tem muito a dizer sobre os chamados direitos da criança. Mas a ênfase deve estar em suas responsabilidades. Ênfase nos direitos enfraquece e destrói as relações em todos os níveis”. Portanto, “é o senso de responsabilidade que constrói relações corretas” (MACARTHUR, 2019, p. 640).

João Calvino (2006, p. 60), ao analisar o quinto mandamento, disse que “há três expressões da honra: reverência, obediência e reconhecimento”. Analisaremos essas expressões aplicando-as aos deveres e às responsabilidades dos filhos para com os seus pais.

3.4.4 Primeiro dever: Reverência

Na Bíblia, o relacionamento dos homens com Deus é orientado pelo temor e reverência (Pv 3.9). Segundo Frame (2013, p. 551), em se tratando do relacionamento entre pais e filhos, não é diferente. “O quinto mandamento e passagens bíblicas semelhantes usam o vocabulário de temor, honra e adoração, num nível humano, para indicar a atitude apropriada dos filhos para com os pais”. Frame diz que os filhos devem “reverência aos pais como uma consequência da nossa reverência a Deus. Essa reverência aos pais não é a despeito da nossa reverência a Deus, mas por causa dela”. Assim, os filhos cumprem o quinto mandamento por entenderem que a “lealdade a Deus transcende a lealdade aos pais” (FRAME, 2013, p. 551).

Para Tim Challies (2019, p. 29), “honrar pai e mãe significa tê-los em grande excelência e dar grande valor ao relacionamento com eles. Dessa forma, para honrar

nossos pais, devemos respeitá-los e reverenciá-los”. O Catecismo Maior, ao tratar dos pecados que os inferiores cometem contra os superiores, ensina que honra é sinônimo de respeito e reverência, e na falta dela os inferiores pecam contra os superiores:

P. 129. Quais são os pecadores dos inferiores contra os superiores?

R. Os pecados dos inferiores contra os seus superiores são: toda a negligência dos deveres exigidos para com eles; a inveja, o desprezo e a rebelião contra a pessoa e a posição deles em seus conselhos, mandamentos e correções legítimos, a maldição, a zombaria e todo comportamento rebelde e escandaloso, que vem a ser uma vergonha e desonra para ele e para o seu governo.

Filhos irreverentes é algo vergonhoso para os seus pais. Eles desonram a Deus por desonrarem aqueles que o próprio Deus colocou como autoridades sobre suas vidas. Cotton Mather, admoesta os filhos estimarem seus pais:

Honre seus pais profundamente. Não se comportem como fanfarrões. Não pensem mal deles, nem pensem em os expor e criticar suas fraquezas. Sejam como José, que se curvou diante de seu pai e como Salomão, que se curvou diante de sua mãe. Dirijam-se a eles com toda a referência possível. Mesmo que eles tenham suas imperfeições, não desprezem esta reverência (MATHER, 2020, p. 109).

Assim, é dever dos filhos honrar seus pais por tê-los como seus superiores, demonstrando reverência por eles. Os filhos devem isso aos seus pais, não por causa do seu desempenho paternal, mas pela posição que eles ocupam.

3.4.5 Segundo dever: Obediência

Segundo Frame (2013, p.554), “a obediência é uma forma de submissão. A submissão é a categoria mais ampla; a obediência, a mais restrita. Expressamos submissão de outros modos além da obediência”. Filhos expressam respeito aos pais “na sua conduta, no modo de ouvir respeitosamente, na maneira gentil quando é necessário exortar. Porém, às vezes, o modo apropriado de se submeter é pela obediência literal”. No caso de filho adulto, que já saiu de casa para constituir a sua própria família, a relação assume uma outra dinâmica. Nesse caso, “Escritura aplica o quinto mandamento a ele não mais em termos de obediência, mas em termos de

respeito, reverência e sustento financeiro”. Todavia, “num sentido amplo, o filho deve ser submisso, dando ouvidos fielmente à sabedoria deles”.

Cotton Mather orienta: “Filhos, quando seus pais ordenarem algo a vocês que não seja pecaminoso, é mais do que prudente obedecê-los. E ainda mais se eles pedirem para evitar e odiar práticas que são pecaminosas” (2023, p. 110).

Aplicando a orientação do apóstolo Paulo, Kevin DeYoung (2018, p.95) expõe dois motivos que destacam a obrigação dos filhos para com os seus pais, no que diz respeito à obediência. Primeiro, os filhos devem se submeter aos pais “no Senhor” (Ef 6.1). Assim, “é parte da nossa devoção a Jesus honrar nossa mãe e nosso pai. Nossa obediência e devoção a Cristo levam à obediência e à honra aos nossos pais”. Segundo, “os filhos são instruídos a obedecer aos pais em tudo, pois isso ‘agrada ao Senhor.’ (Cl 3.20). Por implicação, não ouvir nossos pais desagrade ao Senhor.”

Uma pergunta sempre comum quando se trata desse dever é a seguinte: “Há limite para a obediência dos filhos?” Frame diz que toda “obediência a outros seres humanos é sempre limitada. Somente a autoridade de Deus é suprema; ela limita toda forma e autoridade” (FRAME, 2013, p. 554). Há casos em que submeter a autoridade dos pais pode implicar em pecar contra Deus. Quando os pais criam regras que estão em desarmonia com a lei de Deus, o filho ao desobedecer não estará quebrando o quinto mandamento. Foi pensando em um caso de exceção, que Tim Challies diz que “precisamos considerar que a exigência básica do quinto mandamento não é obediência, mas honra. Uma vez que a obediência, às vezes, pode ser pecaminosa. Ao invés disso, a honra jamais acaba e nunca é errada” (CHALLIES, 2019, p. 30).

3.4.6 Terceiro dever: Reconhecimento

Os filhos devem reconhecer a importância dos seus pais sobre suas vidas por meios de ações com vista a suprir suas necessidades na velhice. A instrução de Paulo é clara quanto à responsabilidade dos filhos e netos no trato dos idosos da sua casa: “Honra as viúvas verdadeiramente viúvas. Mas, se alguma viúva tem filhos ou netos, que estes aprendam primeiro a exercer piedade para com a própria casa e a

recompensar a seus progenitores; pois isto é aceitável diante de Deus”(1 Timóteo 5.3-4). Mais uma vez a admoestação de Cotton Mather é oportuna:

Além disso, filhos, demonstrem gratidão aos seus pais. Vocês devem tudo o que são e tudo que têm a eles; sua dívida para com eles nunca será totalmente paga. Orem por eles diariamente, com sinceridade e fervor, como se estivessem orando por sua própria alma. Se seus pais estiverem envelhecendo, alegrem-se em cuidar deles com todo coração e habilidade. Será uma honra ver um pai idoso ou uma mãe idosa recebendo cuidados em casa (MATHER, 2020, p. 109).

Que privilégio será para um filho poder servir os seus pais na velhice, quando aqueles que sempre o amaram de forma sacrificial estiverem debilitados, os filhos devem servi-los da melhor maneira possível. Assim, o quinto mandamento estrutura a família de um modo que superiores e inferiores servem uns aos outros por meio do amor sacrificial. “Quando fortes os pais e fracos os filhos, os pais devem suprir. Quando fortes os filhos e fracos os pais, os filhos devem suprir. Deus chama o cristão a ser responsável pelo suprimento de membros da própria família” (CHALLIES, 2019, p. 48). Frame fala que na velhice os filhos que foram cuidados pelos pais, terão a oportunidade de retribuir os cuidados recebidos desde a tenra idade:

Quando os pais envelhecem e os filhos chegam à maturidade, a honra é menos uma questão de obediência e mais uma questão de apoio e respeito. Quando éramos incapazes de fazer qualquer coisa por nós mesmos, nossos pais atenderam às nossas necessidades. Mais tarde na vida, há geralmente uma reversão de papeis (Frame, 2013, p.555).

Portanto, os filhos adultos serão bênção na vida dos seus pais por meio da provisão de suprir as necessidades dos seus pais idosos. Dessa forma, na velhice dos seus pais, os filhos os honram demonstrando reconhecimento através do cuidado. À luz de tudo isso, depois de aplicarmos o quinto mandamento expondo os deveres e obrigações aos pais e filhos, vejamos como a promessa do referido mandamento alcança as nossas famílias.

3.4.7 As Promessas de Deus para as Nossas Famílias

Os filhos que cresceram em um lar orientado pela lei de Deus, foram treinados pelos seus pais para saber lidar com os dilemas dos relacionamentos

horizontais, em qualquer âmbito da sociedade. Dessa forma, eles tendem a prosperar socialmente em todas as áreas da vida, sendo submissos aos chefes, reconhecendo valor do professor na sala de aula, respeitando os mais velhos, se submetendo a toda autoridade constituída sobre ele. John Frame (2013, p.563) diz que “Deus quer que saibamos que a prosperidade da aliança depende da nossa submissão aos seus representantes, assim como a si mesmo”. Em função disso, “a bênção da aliança não depende apenas da obediência à lei de Deus em geral, mas também a submissão aos pais, mestres de sabedoria, dos líderes da igreja e magistrados civis”.

A sabedoria divina nos ensina que uma sociedade estruturada será reflexo de um lar no qual os preceitos de Deus orientam pais e filhos. Nas palavras de Kevin DeYoung (2020, p.88), “nessa relação com nossos pais, aprendemos o que é ter alguém com autoridade sobre nós, a ouvir as pessoas, a honrá-las e a fazer coisas que às vezes não queremos fazer. Eles têm a palavra final sobre nós”. Assim, aprendemos em casa o valor da submissão a alguém superior a nós. Kevin DeYoung comenta:

O relacionamento com os pais é o primeiro e mais importante. Ele molda todos os outros relacionamentos. Quando você deparar com um aluno gentil, atencioso e capaz em sua classe (se você for um professor no ensino médio ou um estudante na faculdade), ou deparar com alguém no seu local de trabalho que pareça uma pessoa trabalhadora, conscienciosa, responsável e atenciosa, na maioria das vezes, você tem uma grande dívida de gratidão com os pais dessa pessoa. Agora, há todo tipo de exceção: bons pais com filhos maus e maus pais com bons filhos. Mas, em geral, é assim que o mundo funciona, o modo que Deus criou e como projetou as coisas (YOUNG, 2020, p. 88).

Deus ao estruturar as relações humanas, à partir da sua lei, visava criar bons cidadãos que exerceriam suas vocações de forma exemplar. Assim, pais que educam seus filhos, na lei do Senhor, contribuem diretamente com a construção de uma sociedade mais justa. Portanto, como diz Kevin DeYoung (2020, p.88) , o mundo tem “uma grande dívida de gratidão com os pais” que formaram seus filhos orientados pelo quinto mandamento.

Vimos que o quinto mandamento traz ordenanças tanto para pais e filhos. Sobre os ombros dos pais, entre outras coisas, está a responsabilidade de ensinar

aos filhos a lei do Senhor. David Merkh (2010, p.17) é categórico em dizer que a “criação de filhos não é para covardes! Exige vigilância 24 horas por dia, somente com pai e mãe de plantão. Haverá dor, não somente na gravidez, mas durante a vida toda, até ver a vida de Cristo formada neles”. Que grandes responsabilidades os pais assumem quando decidem gerar filhos. Tamanha cobrança reside no fato de que os filhos não lhes pertencem, como afirma o salmista: “Herança do Senhor são os filhos; fruto do ventre, seu galardão” (Sl 127.3).

A lei também lança sobre os filhos grandes responsabilidades. O Catecismo Maior, em resposta à pergunta de número 127, nos apresenta um recorte sobre as obrigações dos filhos para com os seus superiores:

A honra que os inferiores devem aos superiores é toda a devida reverência em coração, em palavras e em procedimentos; a oração e ações de graças por eles, a imitação das suas virtudes e graças; a pronta obediência aos seus mandamentos e conselhos legítimos; a devida submissão às suas correções, a fidelidade, a defesa, a manutenção e o apoio devido à pessoa e à autoridade deles, conforme os seus devidos graus e a natureza das suas posições, suportando as suas fraquezas e encobrindo-as com amor, para que sejam uma honra para eles e para o seu governo (WESTMINSTER, 2002, p 158).

Em suma, na relação com os seus pais, os filhos devem ter “uma atitude de obediência voluntária às suas ordens e conselhos desde que sejam eles lícitos, isto é, de acordo com a lei de Deus” (VOS, 2002, p. 401). E não somente isso, como afirma o texto confessional, os filhos honram seus pais por tê-los como espelhos imitando as “suas virtudes e graças”; aceitando de bom grado “às suas correções”; sendo piedosos “suportando as suas fraquezas e encobrindo-os com amor”.

As ordenanças do Senhor, para pais e filhos, revelam o seu caráter e o seu grande amor para com as famílias. A todos nós o Senhor nos revelou em sua lei um padrão que deve nos orientar no lar: “Os meus estatutos e os meus juízos guardareis; cumprindo-os, o homem viverá por eles. Eu sou o Senhor” (Lv 18.5).

Conclusão

A investigação deste trabalho se propôs mostrar como a lei de Deus nos foi revelada para estruturar as famílias e a partir dela organizar toda civilização humana edificando as bases da sociedade tendo o quinto mandamento como referência. Portanto, não é exagero afirmar que não há sociedade minimamente organizada que não tenha, no núcleo da família, uma concepção de honra e respeito às autoridades constituídas.

Em uma pesquisa recente, publicada pelo IBDFAM (Instituto Brasileiro de Direito de Família), mostrou que a “ausência do pai foi determinante para levar 92% dos presos da Penitenciária Estadual de Dourados ao mundo do crime”. Ou seja, a falta de uma boa influência paterna é um fator preponderante que escancara as portas da criminalidade, seduzindo jovens que foram criados sem pai e fora dos padrões da lei de Deus como referência.

Dessa forma, o argumento de Kevin DeYoung (2020, p. 89, 97) mostra a importância do aludido mandamento na construção de uma sociedade: “Civilizações, sociedades, culturas e países não florescem dissociados da ordem social, da confiança e do respeito mútuo. Tudo isso deve ser ensinado na incubadora da família.” Os valores morais e éticos transmitidos de pai para filho “é o melhor indicador para a saúde na condição de adulto, para passar na escola, ficar fora da prisão, manter-se longe das drogas e evitar promiscuidade”. Não por acaso, tiranos ao assumirem o poder procuram destruir as famílias, pois elas são obstáculos de todo regime déspota. Kevin DeYoung comenta:

Não é de admirar que, ao longo da história, quando os regimes totalitários tentaram exercer controle sobre as pessoas, um dos principais mecanismo pelos quais o fizeram foi romper esse apego à família, fazendo a lealdade ao Estado, e não da honra aos pais, o bloco de construção da sociedade. O poder do Estado e o poder da família estão muitas vezes inversamente relacionados: um sobre quando outro desce (DEYOUNG, 2020, p. 89).

Entendendo que a estrutura social de um povo é reflexo da família, o teólogo Philip Ryken (2014, p 101), no seu livro *Os dez Mandamentos para os dias de hoje*, diz que a posição deste mandamento mostra a importância especial da família. Ryken diz que “se não respeitamos a autoridade em casa, não a respeitaremos em outro

lugar. A caridade começa em casa. Deus deseja que a família seja nosso primeiro hospital, primeira escola, primeiro governo, primeira igreja”. Interpretando Êxodo 20.12, Tim Challies (2019, p. 9) afirma que o quinto mandamento “se relaciona à vida inteira de cada ser humano. É um mandamento para seguir em casa, na igreja, no trabalho, fortalecendo um alicerce sólido para toda sociedade.”

Nas palavras de John Younts (2022, p.107), um lar orientado pela lei do Senhor é como uma estufa de Deus. “Uma estufa é boa para as plantas. Ela provê um ambiente seguro para que as sementes cresçam e se tornem plantas maduras, saudáveis e fortes”. No momento certo, “quando as plantas estão bem desenvolvidas, o jardineiro as prepara para serem levadas para fora, cuidando para que seja uma transição tranquila. E por fim, elas poderão crescer e florescer em seu ambiente”.

Assim, “o propósito da estufa se assemelha ao propósito” do lar cristão, cuja lei do Senhor é o seu fundamento. “Como a estufa é utilizada para o cultivo de plantas, sua casa serve para cultivar nos filhos a fé em Cristo. Seu lar deve prover proteção espiritual contra as difíceis tempestades da vida”. Dessa forma, no tempo de Deus, os filhos serão como plantas maduras prontas para serem retiradas da estufa, para darem frutos em outros ambientes exercendo suas vocações para glória de Cristo.

Por conseguinte, a família cristã tem em suas mãos a única resposta que a sociedade desajustada precisa para se organizar. Os preceitos da lei de Deus é a única base pelo qual podemos estruturar todos os nossos relacionamentos horizontais. Dessarte, o quinto mandamento é um farol para um mundo em trevas.

BIBLIOGRAFIA:

- ALVES, Olivar. **Confissão de Fé Comentada**. São Paulo: Editora Ememerick, 2023.
- BAUCHAM, Voddie. **Pastores da Família**. Brasília: Editora Monergismo, 2016.
- BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2012.
- BERTHOUD, Jean-Marc. **Apologia da Lei de Deus**. Brasília: Monergismo, 2019.
- BEVERIDGE, William. **Uma Breve História da Assembleia de Westminster**. São Paulo: Editora Nadere Reformatie, 2023.
- BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Editora Paulus, 2002.
- BÍBLIA Almeida Atualizada. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2012.
- BUNYAN, John. **O Peregrino**. São Paulo: Editora Mundo Cristão, 2022.
- CHALLIES, Tim. **O Mandamento Esquecido**. São Paulo: Editora Trinitas, 2019.
- CALVINO, João. **As Institutas da religião Cristã Vol.1**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2006.
- _____. **As Institutas da religião Cristã Vol.2**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2006.
- CAMPOS, Heber. **O Ser de Deus e os seus Atributos**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2012.
- CANTICO, Novo. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2017.
- CARSON, D.A. **Comentário Bíblico**. São Paulo: Editora Vida Nova, 2009.
- COLE, Alan. **Êxodo: Introdução e comentário**. São Paulo: Editora Cultura Bíblica, 1980.
- DAWSON Christopher. **A Divisão da Cristandade**. São Paulo: Editora É Realizações, 2014.
- DENIS, Colares. <https://www.progresso.com.br/policia/ausencia-do-pai-levou-92-dos-jovens-presos-ao-mundo-do-crime-diz/368417/>, 2019, p. 5.

FERREIRA, Franklin. **Pilares da fé : A atualidade da mensagem da Reforma**. São Paulo: Editora Vida Nova, 2017.

FITZPATRICK, Elyse e THOMPSON, Jessica. **Pais Fracos e Deus Forte**. São Paulo: Editora Fiel, 2015.

DIXHOORN, Chad Van. **Guia de estudos da Confissão de Fé de Westminster**. São Paulo: Cultura Cristã, 2017.

FRAME, John. **Doutrina do Conhecimento de Deus**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2010a.

_____. **A Doutrina da Vida Cristã**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2010b.

GEERHARDUS, Johannes. **Catecismo Maior de Westminster** Comentado. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2007.

GOMES, Isaltino Coelho. **A Atualidade dos Dez Mandamentos**. São Paulo: Editora EXODUS, 1997.

GONZÁLEZ, Justo. **História Ilustrada do Cristianismo**. São Paulo: Editora Vida Nova. 2019.

GRONINGEN, Gerard. **A Família da Aliança**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2009.

LEWIS, C.S. **As Crônicas de Nárnia**. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

HARMAN, Allan. **Comentário do Antigo Testamento – Salmos**. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

HILL, Christopher. **O Eleito de Deus**. Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. São Paulo. Editora Schwarcz, 1988.

_____. **O Século das Revoluções (1603-1714)**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

HENDRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento, Lucas vol.1**. São Paulo: Editora Cristã, 2014.

HODGE. A.A. **Confissão de Fé de Westminster Comentada**. São Paulo: Os Puritanos, 2008.

JOHNSON, Greg. **O mundo de acordo com Deus**. São Paulo: Editora Vida, 2006.

JEREMIAS, CARLOS. **Curso de História da Igreja**. São Paulo: Editora Fonte Editorial, 2007.

KUYPER, Abraham. **Calvinismo**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2014.

MACARTHUR, John. **Comentário Bíblico do Novo Testamento**. São Paulo: Editora Thomas Nelson Brasil, 2019.

MAIA, Hermisten. **Os Símbolos de Fé na História: Sua Relevância e Limitações**. FIDES REFORMATA IX, 2004, p.2.

MATHER, Cotton. **A dor de um filho perdido**. São Paulo: Editora Caridade Puritana, 2020.

MARCBERTHOUD, Jean. **Apologia da Lei de Deus**. Brasília: Editora Monergismo, 2019.

MCGRATH, Alister. **A Revolução Protestante. Uma provocante história do protestantismo contada desde o século 16 até os dias de hoje**. Brasília: Editora Palavra, 2011.

MERKH, David. **151 boas ideias para educar seus filhos**. São Paulo: Editora ABDR, 2010.

MEISTER, Mauro. **Lei e Graça: Uma visão Reformada**. FIDES REFORMATA 4//2, 1999, p.4.

MURRAY, John. **Romanos Comentário Bíblico**. São Paulo: Editora Fiel, 2018.

NAGEL, Thomas. **A última Palavra**. São Paulo: Editora Funeste, 2001.

OLYOTT, Stuart. **A Carta aos Hebreus**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2012.

PIPA, Joseph A. **Confissão de fé Westminster: Um guia de estudos para igrejas, escolas cristãs e educação domiciliar**. Brasília: Editora Monergismo, 2021.

PRIOLO, Lou. **O Caminho para o filho anda**. São Paulo, Editora Nutra, 2012.

ROBERTSON, Palmer. **Cristo dos Pactos**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2011.

RUTHERFORD, Samuel. **Lex Rex: A Lei e o Príncipe**. São Paulo: Editora Caridade Puritana, 2023.

RYKEN, Philip Graham. **Os Dez Mandamentos para os dias de Hoje**. São Paulo: Editora CPAD, 2014.

_____. **Estudos bíblicos expositivos em Êxodo**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2022.

SHELLEY, Bruce. **História do Cristianismo ao Alcance de todos**. São Paulo: Editora Shedd, 2011.

SOUZA, Junio Cezar da Rocha. **Filosofia e Abismo. Transcendência e Transposição no Exercício do Pensar**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2022.

SPROUL, R.C. **Sola Scriptura: Crucial ao Evangelicalismo. O Alicerce da Autoridade Bíblica**. São Paulo: Editora Vida Nova, 1998.

_____. **A Glória de Cristo. Um encontro com a majestade do Senhor dos senhores**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2004.

STOTT, John. **Eu Creio na Pregação**. São Paulo. Editora: Vida Nova, 2003.

_____. **A Mensagem de Gálatas**. São Paulo: Editora ABU, 2016.

TRIPP, Tedd. **Pastoreando o Coração da Criança**. São Paulo: Editora Fiel, 2017.

THOMPSON, J.A. **Deuteronômio: Introdução e comentário**. São Paulo: Editora Cultura Bíblica, 1982.

TRUEMAN, Carl R. **O Imperativo Confessional**. Brasília: Editora Monergismo, 2012.

WESTMINSTER, Assembleia. **Confissão de Fé de Westminster, 17a Edição**. São Paulo: Cultura Cristã, 2001.

_____. **O Catecismo Maior de Westminster, 14a Edição**. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

YOUNTS, JHN. **Conversas de Pais com seus Filhos**. São Paulo: Editora Nutra, 2022.

WILKIN, Jen. **Dez Mandamentos para a vida**. São Paulo: Editora Fiel, 2023.